

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Lossó; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Lossó; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## RESOLUÇÃO Nr. 09/72

DATA: 19 de maio de 1972.

SÚMULA: Aprova convênio celebrado em outubro de 1970 entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, com finalidade de executar o policiamento e fiscalização do trânsito de plantas "Citrus", e afins, conforme recomendações do Executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado a 1.º de outubro de 1970, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura com a finalidade de executar o policiamento e fiscalização do trânsito de plantas "Citrus" e afins, conforme recomendações do Executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WILSON FORTES — Presidente.

## RESOLUÇÃO Nr. 10/72

DATA: 26 de maio de 1972.

SÚMULA: Ratificam convênios firmados em 20-12-71, entre o Governo do Estado e Municípios que especifica, visando colaboração técnica e assistencial, através do Programa de Integração Fazendária "PROFAZ", instituído pela Lei nr. 6.211, de 2-8-71.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam ratificados os termos dos convênios firmados, em data de 20 de dezembro de 1971, entre o Governo do Estado e os Municípios a seguir discriminados, visando recíproca colaboração técnica e assistencial, através do Programa de Integração Fazendária — "PROFAZ", instituído pela Lei nr. 6.211, de 2 de agosto de 1971:

Abatiá — Adrianópolis — Agudos do Sul — Almirante Tamandaré — Alto Paraná — Alto Piquiri — Altônia — Amaporá — Ampere — Antônio Olinto — Apucarana — Arapongas — Arapoti — Araruna — Araucária — Assis Chateaubriand — Astorga — Atalaia — Alvorada do Sul — Barracão — Balsa Nova — Barbosa Ferraz — Bela Vista do Paraíso — Bituruna — Boa Esperança — Bocaiuva do Sul — Bom Sucesso — Borrazópolis — Colorado — Curitiba — Castro — Capanema — Cambira — Cafelândia — Cambé — Campina Grande do Sul — Campo do Tenente — Campo Mourão — Cascavel — Catanduvas — Centenário do Sul — Cérrito Azul — Céu Azul — Chopinzinho — Cianorte — Cidade Gaúcha — Clevalândia — Colombo — Congonhinhas — Conselheiro Marink — Corbélia — Cornélio Procopio — Cruzeiro do Oeste — Cruzeiro do Sul — Cruz Machado — Curitiba — Diamante do Norte — Doutor Camargo — Enéas Marques — Engenheiro Beltrão — Faxinal — Fênix — Florai — Floresta — Florestópolis — Foz do Iguaçu — Francisco Beltrão — Formosa do Oeste — General Carneiro — Guaraniáçu — Goioerê — Grandes Rios — Guaiara — Guapirama — Guaporé — Guaraci — Guarapuava — Guaraqueçaba — Guaratuba — Icaraima — Iguaraçu — Iretama — Ibaté — Ibiaporá — Imbituba — Inácio Martins — Inajá — Indianópolis — Ipiranga — Iporã — Itaguai — Itambé — Itaipava do Oeste — Itaipua do Sul — Ivaí — Ivaipora — Ivatuba — Jataizinho — Jaboti — Jacarezinho — Jaguaipitã — Jaguariava — Janópolis — Japira — Jardim Olinda — Jussara — Kalorê — Lapa — Leopoldo — Lobato — Londrina — Lupionópolis — Laranjeiras do Sul — Marechal Cândido Rondon — Marmeleiro — Marilva — Marilena — Mallet — Mamborê — Mandaguai — Mandaguari — Mandirituba — Mangueirinha — Manoel Ribas — Maria Helena — Marilândia do Sul — Mariluz — Maringá — Mariópolis — Marumbi — Matelândia — Medianeira — Matinhos — Mirador — Mirassol — Moreira Salles — Morretes — Munhoz de Mello — Nova Fátima — Nova Cantu — Nossa Senhora das Graças — Nova Aliança do Ivaí — Nova América da Colina — Nova Aurora — Nova Esperança — Nova Londrina — Ortigueira — Ourizona — Paraíso do Norte — Presidente Castelo Branco — Paissandu — Palmas — Palmeira — Palmital — Palotina — Paranacity — Paranaguá — Paranapoema — Paranaíba — Pato Branco — Paula Freitas — Paulo Frontin — Peabiru — Pérola do Oeste — Pien — Pinhalão — Pinhão — Piraquara — Pitanga — Planaltina do Paraná — Planalto — Ponta Grossa — Porecatu — Porto Amazonas — Porto Rico — Porto Vitória — Primeiro de Maio — Prudentópolis — Pirai do Sul — Quatiguá — Quatro Barras — Querência do Norte — Quinta do Sol — Quitandinha — Quedas do Iguaçu — Reserva — Rancho Alegre — Rebouças — Ribeirão Claro — Rio Azul — Rio Bom — Rio Branco do Sul — Rio Negro — Roncador — Rondon — Rolândia — São Jorge do Oeste — Santa Cecília do Pavão — Santo Inácio — Santa Cruz do Monte Castelo — Sabáudia — Salto do Itararé — Salto do Lontra — Santa Amélia — Santa Fé — Santa Helena — Santa Inês — Santa Izabel do Ivaí — Santa Izabel do Oeste — Santa Mariana — Santana do Itararé — Santo Antônio da Platina — Santo Antônio do Caiuá — Santo Antônio do Paraíso — Santo Antônio do Sudoeste — São Carlos do Ivaí — São Jerônimo da Serra — São João do Caiuá — São Jorge do Ivaí — São José da Boa Vista — São José dos Pinhais — São Mateus do Sul — São Pedro do Paraná — São Sebastião da Amoreira — São Tomé — Sapopema — Sengés — Sertaneja — Sertãozinho — Siqueira Campos — Tamboara — Tapejara — Tapira — Teixeira Soares — Telêmaco Borba — Terra Roxa do Oeste — Tibagi — Tijucas do Sul — Toledo — Tomazina — Tuneiras do Oeste — Ubatuba — Umuarama — União da Vitória — Uniflor — Uraí — Vitorino — Xambrê e Wenceslau Braz.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 26 de maio de 1972.

WILSON FORTES — Presidente.

## DECRETO LEGISLATIVO Nr. 287/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nr. 1.925/71, de 12 de abril de 1971, deste Poder,

## RESOLVE:

I — Revogar o Decreto Legislativo nr. 393/71, de 21 de julho de 1971;  
II — conceder, com base no disposto pelo Art. 138, inciso I, combinado com os Arts. 224 e 139, da Lei nr. 6.174, de 16 de novembro de 1970, aposentadoria a Vicentina Marafim dos Santos, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, fi-

xando seus proventos de inatividade em Cr\$ 5.520,96 (cinco mil, quinhentos e vinte cruzeiros e noventa e seis centavos), anuais e integrais, inclusive acréscimos trienais de dez por cento (10%) e acréscimo quinquenal de cinco por cento (05%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de junho de 1972.

a) Wilson Fortes — Presidente.

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário.

a) Quielise Crisóstomo da Silva

2.º Secretário.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 76.ª Sessão (Extraordinária)

## Realizada em 14 de Junho de 1972 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 9:30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Junior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Fadell, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Lasso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, e Santos Lima (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Leopoldo Jacomel, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 114/72, Veto apostado ao Projeto de Lei nr. 315/70, de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, autoriza o Poder Executivo outorgar garantia do Estado do Paraná, em financiamento a ser efetivado pelo Hospital de Ensino da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A., de São Paulo, até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros). Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr.:

Levanta-se a Sessão.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 77.ª Sessão Ordinária

## Realizada em 14 de Junho de 1972 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Junior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Fadell, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Lasso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Leopoldo Jacomel, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

## MENSAGENS:

Mensagem — 23/72

Curitiba, 31 de maio de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de março de 1972, entre o Banco Nacional da Habitação, o Governo do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná S. A., a Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, com o objetivo de fixar condições para a realização do Programa de Abastecimento de Água do Estado do Paraná.



O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado.

Convênio que, entre si, celebram o Banco Nacional da Habitação, o Governo do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná S. A., a Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, com o objetivo de fixar condições para a realização do Programa de Abastecimento de Água do Estado do Paraná.

O Banco Nacional da Habitação, empresa pública instituída nos termos da Lei nr. 5.762, de 14 de dezembro de 1971, inscrito no CGCMF sob o nr. 33.633.686, com sede no Distrito Federal, também funcionando na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson, nr. 164, Estado da Guanabara, daqui por diante designado BNH, o Governo do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná S. A., a Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, representados, neste ato e na forma legal ou estatutária, pelos abaixo assinados, ajustam as condições gerais para a realização do Programa de Abastecimento de Água em cidades do Estado do Paraná, mediante as seguintes cláusulas:

#### 1 — FINALIDADE DO CONVÊNIO

CLÁUSULA PRIMEIRA — O presente Convênio destina-se a estabelecer as condições gerais para a realização de programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, que vise ao equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água, em Municípios desse Estado nos moldes preconizados pelo Plano Nacional de Saneamento — PLANASA.

#### 2 — IMPLEMENTAÇÃO DO CONVÊNIO

CLÁUSULA SEGUNDA — O presente Convênio será implementado através do Programa de Financiamento para Saneamento — FINANSA, e seus Subprogramas.

#### 3 — EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

CLÁUSULA TERCEIRA — O presente Convênio será executado através de contratos de financiamento, nas condições aqui ajustadas, observada a regulamentação competente do BNH.

#### 4 — VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

CLÁUSULA QUARTA — O presente Convênio terá por vigência o período de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

#### 5 — PROGRAMA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA — PEAG

CLÁUSULA QUINTA — O Programa de Abastecimento de Água do Estado do Paraná, doravante denominado PROGRAMA e que, rubricado pelos signatários, faz parte integrante do presente Convênio, para todos os fins de direito, caracteriza-se, em especial, pelos seguintes elementos, constantes do ANEXO:

- a) — a definição dos objetivos;
- b) — o prazo previsto para o abastecimento de água a pelo menos 80% da população urbana do Estado;
- c) — as metas a serem alcançadas ano a ano, em termos de população abastecida em valores absolutos e relativos à população urbana do Estado;
- d) — o cronograma de desembolso, na forma do item 7 da RD nr. 16/71;
- e) — a evolução programada para as Despesas Operacionais da Concessionária (MUTUÁRIO FINAL);
- f) — a evolução programada para as Despesas Financeiras da Concessionária (MUTUÁRIO FINAL);
- g) — a evolução dos principais parâmetros a que deve se subordinar o esquema tarifário da Concessionária (MUTUÁRIO FINAL);
- h) — a evolução prevista para o total anual de contratações de projetos, em UPC;
- i) — a evolução prevista para o ativo e para os retornos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR;
- j) — o destaque dos elementos de que tratam as alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, desta Cláusula, para o período governamental vigente;
- k) — a lista provisória dos núcleos urbanos a serem beneficiados ordenada segundo grau de prioridade, assinalados os principais elementos para efeito de execução do PROGRAMA.

CLÁUSULA SEXTA — Deverá ser apresentado pelo AGENTE PROMOTOR do Estudo Global de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessionária (MUTUÁRIO FINAL), doravante denominado ESTUDO DE VIABILIDADE, e que passará a fazer parte integrante deste Convênio, quando aceito pelo BNH.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O ESTUDO DE VIABILIDADE deverá apresentar uma avaliação do PROGRAMA explicitando os elementos referidos na Cláusula anterior, e deverá conter necessariamente, a lista completa dos núcleos urbanos, assinalados os principais elementos para efeito de execução do PROGRAMA, que atenda aos objetivos e substitua a lista provisória mencionada na alínea k da Cláusula anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O ESTUDO DE VIABILIDADE deverá ser apresentado ao BNH no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura deste Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Na hipótese de o ESTUDO DE VIABILIDADE apresentado ser recusado, no todo ou em parte, pelo BNH, será concedido novo prazo para a sua reformulação.

PARÁGRAFO QUARTO — Os estímulos de que trata a Cláusula Décima poderão ser suspensos quando ocorrerem e permanecerão suspensos enquanto perdurarem os seguintes motivos:

- a) — não observância dos prazos estipulados nos Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula; e/ou
- b) — verificação de inviabilidade do PROGRAMA; ou
- c) — não aceitação pelo BNH, a seu critério, do PROGRAMA revisto.

CLÁUSULA SÉTIMA — Se o ESTUDO DE VIABILIDADE aceito pelo BNH implicar em modificação do PROGRAMA e, em especial, dos elementos referidos na Cláusula Quinta, o PROGRAMA revisto, se aceito pelo BNH, a seu critério, com destaque daqueles elementos, passará a vigorar em substituição ao original através de documento que contenha a concordância, por escrito, de todos que não partes neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA — Anualmente será avaliada a evolução do PROGRAMA, e em função dessa avaliação serão revistos o PROGRAMA e, em especial, os valores referidos na Cláusula Quinta, observado o disposto no subitem 7.4. da RD nr. 16/71.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Dentro dos primeiros noventa (90) dias de cada exercício financeiro, deverá ser encaminhada ao BNH uma atualização do ESTUDO DE VIABILIDADE, contendo explicitamente, as alterações sofridas pelo PROGRAMA e pela Concessionária (MUTUÁRIO FINAL), para que, a exclusivo juízo do BNH, se promova a revisão referida nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O PROGRAMA revisto, bem como a respectiva atualização do ESTUDO DE VIABILIDADE, passarão a fazer parte integrante do presente Convênio, através de documento que contenha a concordância, por escrito, de todos que não partes neste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Todas as obrigações pactuadas no presente CONVÊNIO em relação ao PROGRAMA inicial e ao ESTUDO DE VIABILIDADE inicial, passarão automaticamente, a vigor em relação ao PROGRAMA revisto e à respectiva atualização do ESTUDO DE VIABILIDADE, na hipótese da revisão prevista nesta Cláusula, e desde que cumprido o disposto no Parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUARTO — Na hipótese de não aceitação pelo BNH do PROGRAMA revisto e respectiva atualização do ESTUDO DE VIABILIDADE, continuarão em pleno vigor o PROGRAMA e ESTUDO DE VIABILIDADE anteriormente vigentes.

#### 6 — DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

CLÁUSULA NONA — Para os fins previstos no presente Convênio e nos contratos dele decorrentes ou vinculados são designados como:

- a) Entidade Financiadora: Governo do Estado do Paraná;
- b) Agente Financeiro: Banco do Estado do Paraná S.A.;
- c) Agente Promotor: Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR;
- d) Órgão Gestor: Banco do Estado do Paraná S.A.;
- e) Mutuário Final: Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

PARÁGRAFO ÚNICO — O Órgão Gestor poderá ser substituído de comum acordo entre o BNH e a Entidade Financiadora, segundo o que estabelece o Convênio de Constituição do FAE-PR e suas eventuais alterações.

#### 7 — COMPROMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA — O BNH compromete-se a conceder os estímulos de que trata o subitem 1.2 da RD nr. 16-71, de forma a atingir os objetivos do presente CONVÊNIO, desde que sejam satisfeitas as condições básicas previstas no item 2 da RD nr. 16-71 e as demais disposições deste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os estímulos de que trata esta Cláusula poderão ser suspensos a qualquer tempo, a juízo do BNH e independentemente de qualquer outra penalidade cabível, desde que seja constatada a infringência de qualquer norma do BNH, e, em especial, as disposições previstas no item 2 da RD 16-71.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — A ENTIDADE FINANCIADORA compromete-se a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH no âmbito de sua competência, e, em especial:

- a) a cumprir o que estabelece o Convênio de Constituição do FAE-PR e suas eventuais alterações;
  - b) a cumprir e/ou fazer cumprir as condições básicas de que trata o item 2 da RD nr. 16-71;
  - c) a oferecer as garantias necessárias que, se aceitas pelo BNH, assegurem o escrito cumprimento das obrigações assumidas nos empréstimos decorrentes do presente CONVÊNIO que vierem a ser concedidos pelo BNH ao AGENTE FINANCEIRO, e que se constituirão no Contrato Acessório de Garantia a ser celebrado entre o BNH e a ENTIDADE FINANCIADORA e no qual esta figurará como FIADOR;
  - d) a consignar, anualmente, em seu orçamento, liberar e depositar no FAE-PR os valores, constantes do ANEXO, referidos na linha "c" do cronograma de que trata o item 7 da RD nr. 16-71, com as alterações que venham a ser acordadas na forma deste Convênio e da regulamentação em vigor;
  - e) a proporcionar todos os recursos financeiros necessários à conclusão dos Projetos, além dos concedidos e previstos nos contratos de financiamento que vierem a ser firmados pelo BNH como decorrência do presente CONVÊNIO.
  - f) a arcar, sob a forma de integralização do FAE-PR com as eventuais perdas nele ocorridas por efeitos inflacionários, sempre que não for utilizada a faculdade concedida na ID/SFS/02/71, de depositar o saldo do FAE-PR no BNH;
  - g) a providenciar, em tempo hábil, os atos legais e administrativos que se tornarem indispensáveis à validade e ao cumprimento dos compromissos assumidos, neste CONVÊNIO, quer diretamente pela ENTIDADE FINANCIADORA, quer os que o forem através das entidades estaduais designadas na CLÁUSULA NONA ou outras subordinadas, cujo concurso se torne indispensável ao cumprimento do PROGRAMA sob os pontos de vista, de viabilidade econômico-financeira, técnica e administrativa;
  - h) a enviar ao BNH, quando do encerramento de cada exercício financeiro, o balanço do Estado, bem como a previsão justificada da evolução da Receita Tributária Estadual.
- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — O AGENTE FINANCEIRO compromete-se, a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência, e, em especial a cumprir, por conta de cada financiamento que vier a contratar com o BNH, em decorrência do presente Convênio, as seguintes condições:
- a) responsabilizar-se, como Mutuário do BNH e Mutuante dos beneficiários finais, pela boa formalização das operações, assim como pela correta aplicação dos recursos e pontual cumprimento das obrigações assumidas até a integral quitação da dívida com aquele contraído, respondendo por quaisquer irregularidades, deficiências ou omissões apuradas;
  - b) pagar, ao BNH, os prêmios de seguros relativos à operação, porventura exigidos; as taxas de administração e de serviços técnicos, na base de 1% (hum por cento) cada uma, calculadas sobre o valor mutuado e pagas à medida do levantamento de cada parcela; e, ainda, a taxa de compromisso igual à taxa de juros dos recursos contratados do BNH, que incidirá sobre as parcelas não utilizadas, na conformidade do cronograma financeiro, acrescida de 1% (hum por cento) se a não utilização ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo o BNH, se julgar conveniente, descontar a importância a elas correspondentes do valor dos desembolsos, salvo se, por motivo de força maior, a pedido do AGENTE FINANCEIRO, for aprovado pelo BNH novo cronograma financeiro;
  - c) fazer o registro independente da utilização dos recursos recebidos do BNH, para o fiel controle da sua aplicação e comprovação do desenvolvimento da obra;
  - d) permitir e a facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução do Projeto por funcionário do BNH ou peritos por ele contratados e a facultar-lhes o livre acesso a quaisquer documentos ou arquivos pertinentes sem que esta fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;
  - e) apresentar, ao BNH, dentro de 30 (trinta) dias do encerramento de cada trimestre civil, relatório referente à aplicação dos recursos recebidos do BNH;
  - f) apresentar, ao BNH, dentro de 90 (noventa) dias do encerramento financeiro de cada exercício, exemplares do balanço do aludido exercício, com



as informações relativas às receitas e despesas, que serão certificados por auditores independentes, aceitáveis pelo BNH;

g) ceder, ao BNH, os direitos relativos às garantias constituídas para o integral implemento das obrigações contradas pelo MUTUÁRIO FINAL em contratos previstos neste Convênio e que vierem a ser firmados com o AGENTE FINANCEIRO;

h) fazer integrar nos demais atos de que participe, vinculados e/ou decorrentes do presente Convênio, assim como, de cada contrato de financiamento firmado com o BNH, as resoluções neles expressamente citadas e as demais normas em vigor do BNH relativas ao Sistema Financeiro do Saneamento;

i) apresentar, ao BNH, à satisfação deste e de comum acordo com o AGENTE PROMOTOR, as propostas de alterações ou retificações que se fizerem necessárias nos cronogramas físico e/ou financeiro, seja por iniciativa própria ou em atendimento às solicitações do BNH;

j) cumprir e/ou fazer cumprir, no âmbito de sua atuação, as condições básicas de que trata o item 2 da RD n.º 16-71;

k) apresentar, a qualquer tempo, dados, informações e elementos que se tornarem necessários, a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** — O MUTUÁRIO FINAL compromete-se a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir, por conta de cada financiamento que vier a contratar em decorrência do presente Convênio, as seguintes condições:

a) abrir e manter, em estabelecimento do AGENTE FINANCEIRO ou em outro aceito pelo BNH, conta de depósito bloqueada até o valor correspondente a 1,2 (hum virgula dois) da prestação vicenda, constituída de amortização e juros, corrigida monetariamente e, no período de carência 1,2 (hum virgula dois) do valor dos juros que o AGENTE FINANCEIRO for obrigado a pagar ao BNH nas condições entre estes contratadas, facultando ao BNH dela se utilizar para o integral implemento das obrigações assumidas pelo AGENTE FINANCEIRO, perante ao BNH, conferido a este poderes necessários à movimentação da referida conta, nos quais, assim que outorgados, ficará o BNH automaticamente substebelecido, independente de qualquer outro ato, para, se necessário, fazer saques, passar recibo e dar quitação em nome do MUTUÁRIO FINAL, e, enfim, para praticar todos os atos necessários à execução dos poderes substebelecidos;

b) retornar ao FAE-PR, os recursos dele provenientes, sob a forma de financiamento, nas condições e nas datas fixadas nos contratos pertinentes;

c) apresentar, ao AGENTE FINANCEIRO, à satisfação deste e de comum acordo com o AGENTE PROMOTOR, as propostas de alterações ou retificações que se fizerem necessárias nos cronogramas físico e financeiro, seja por iniciativa própria ou em atendimento às solicitações do AGENTE FINANCEIRO;

d) contribuir, se for o caso, com recursos suficientes para a conclusão dos Projetos;

e) fazer prova, junto ao BNH e ao AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 3 (três) meses, a partir da data de assinatura de cada contrato entre estes celebrados, prorrogável a critério do BNH, de haver instituído sistema de tarifas ou taxas remuneratórias atualizáveis pela aplicação obrigatória de índices pré-estabelecidos, aprovados pelo BNH;

f) fazer prova, junto ao BNH e ao AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 3 (três) meses, a contar da data da assinatura de cada contrato entre estes celebrados, de haver organizado contabilidade apropriada e independente, considerada satisfatória pelo BNH;

g) assegurar o bom funcionamento dos sistemas financiados à conta de recursos provenientes do BNH;

h) utilizar os bens e serviços adquiridos com os recursos provenientes do BNH, exclusivamente para os fins estipulados em cada contrato firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO, salvo prévia autorização do BNH;

i) permitir e a facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução dos Projetos por funcionários do BNH ou peritos por ele contratados, e a facultar-lhes o livre acesso às obras e instalações, bem como a quaisquer documentos ou arquivos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;

j) promover a contratação dos Projetos de acordo com a ordenação prioritária aprovada pelo BNH;

k) apresentar, dentro do prazo de 90 (noventa) dias do encerramento financeiro de cada exercício, exemplares do balanço do aludido exercício, com as informações relativas às receitas e despesas, que serão certificados por auditores independentes, aceitáveis pelo BNH;

l) exigir das firmas projetistas a elaboração de projetos técnicos que obedeam as normas aprovadas pelo BNH;

m) elaborar o ESTUDO DE VIABILIDADE a que se refere a CLÁUSULA SEXTA, do prazo ali indicado, bem como as atualizações que se fizerem necessárias, de acordo com a CLÁUSULA OITAVA;

n) cumprir e/ou fazer cumprir no âmbito de sua atuação, as condições básicas de que trata o item 2 da RD 16-71;

o) apresentar, a qualquer tempo, dados, informações e elementos que se tornarem necessários a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** — O AGENTE PROMOTOR compromete-se a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir, por conta do desenvolvimento do PROGRAMA e de cada contrato de financiamento em que intervier, decorrente do presente Convênio, as seguintes condições:

a) apresentar ao BNH o ESTUDO DE VIABILIDADE a que se refere a CLÁUSULA SEXTA, no prazo ali indicado, bem como as atualizações que se fizerem necessárias, de acordo com a CLÁUSULA OITAVA;

b) levantar os dados necessários ao conhecimento permanente da evolução do saneamento básico no Estado, de forma a possibilitar a elaboração e o ajustamento dos projetos tendo em vista otimizar os resultados previstos no PROGRAMA, bem como permitir sua avaliação, segundo normas estabelecidas pelo BNH;

c) manter anualmente atualizados o levantamento mencionado na alínea anterior, mediante relatório que deverá ser enviado dentro dos primeiros 90 (noventa) dias de cada exercício financeiro;

d) desenvolver esforços junto às municipalidades, no sentido de garantir sua adesão ao PROGRAMA a fim de assegurar a concessão, para o MUTUÁRIO FINAL, da exploração dos sistemas municipais de água e de esgotos;

e) promover a elaboração de estudos e projetos, em função das necessidades do PROGRAMA;

f) assumir a responsabilidade técnica pela execução dos Projetos, observados os cronogramas físico e financeiro;

g) permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução do Projeto por funcionários do BNH ou peritos por ele contratados e a facultar-lhes o livre acesso às obras e instalações, bem como a quaisquer documentos ou arquivos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;

h) analisar as propostas de alterações ou retificações relativas aos cronogramas físico e financeiro, verificando, em especial, sua compatibilidade com a execução de cada Projeto e com o PROGRAMA;

i) cumprir e/ou fazer cumprir, no âmbito de sua atuação, as condições básicas, de que trata o item 2 da RD n.º 16-71;

j) apresentar a qualquer tempo, dados, informações, relatórios e demais elementos que se tornarem necessários a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** — O ÓRGÃO GESTOR compromete-se, a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir à conta do desenvolvimento do PROGRAMA e de cada contrato de financiamento decorrente do presente CONVÊNIO, as seguintes condições:

a) assessorar a ENTIDADE FINANCIADORA e/ou outras entidades estaduais cujo concurso se torne indispensável na mobilização de recursos — tanto orgânicos como externos ao Estado — visando ao cumprimento dos cronogramas de integralização, contratação e aplicação dos recursos do FAE-PR, de acordo com o desenvolvimento do PROGRAMA;

b) firmar os contratos de empréstimos, em nome da ENTIDADE FINANCIADORA, com o AGENTE FINANCEIRO, à conta dos recursos do FAE-PR, que os repassará ao MUTUÁRIO FINAL;

c) aplicar os recursos do FAE-PR, a uma taxa de juros não inferior à taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado;

d) programar, controlar e aplicar, sob a forma de empréstimo, os recursos do FAE-PR, em função das programações financeiras ajustadas para o desenvolvimento do PROGRAMA;

e) gerir com proficiência o FAE-PR e diligenciar para que os seus recursos sejam bem aplicados, providenciando para que os retornos de suas aplicações se efetuem regularmente e, promovendo as medidas necessárias à efetiva saúde financeira do FAE-PR, observada sempre a regulamentação para tanto laxada pelo BNH;

f) permitir e facilitar, a qualquer tempo, a inspeção e auditoria pelos representantes do BNH;

g) enviar ao BNH, com frequência que este exigir, balancetes que demonstrem a posição e movimentação do FAE-PR, além dos demais dados de programação, acompanhamento e controle que forem solicitados;

h) cumprir e/ou fazer cumprir no âmbito de sua atuação as condições básicas de que trata o item 2 da RD n.º 16-71.

**8 — CONDIÇÕES GERAIS DOS EMPRÉSTIMOS A SEREM CONCEDIDOS PELO BNH**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** — Os empréstimos a serem concedidos pelo BNH para a execução do presente CONVÊNIO serão concedidos através do Programa e Subprograma referidos na CLÁUSULA SEGUNDA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** — A correção monetária do saldo devedor de BNH decorrente do presente CONVÊNIO, será feita de acordo com o artigo 1.º da Instrução n.º 5-66, do BNH, e o reajustamento das prestações far-se-á pelo Plano B da mesma Instrução, adotado o índice vigente à época do seu efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — No caso da suspensão dos índices que servem de base ao cálculo da correção monetária da Unidade Padrão de Capital do BNH e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, os cálculos da correção monetária e do reajustamento das prestações previstas em cada empréstimo do BNH, referido nesta Cláusula, serão feitos com base em índices com eles coerentes e elaborados pelo órgão legalmente competente, indicado pelo Conselho de Administração do BNH.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** — O prazo de carência sobre o principal de cada empréstimo a ser concedido pelo BNH na forma do presente CONVÊNIO será de:

a) no máximo de 36 (trinta e seis) meses para cada Projeto, não excedendo porém, de 6 (seis) meses do término do prazo previsto para a execução das obras e serviços, no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea "a" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71;

b) no máximo de 6 (seis) meses além do período de desembolso, no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea "b" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71; e

c) no máximo de 90 (noventa) dias após o último desembolso no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea "c" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** — As taxas de juros aplicáveis nos empréstimos a que se refere a Cláusula Anterior, serão estipuladas nos Contratos referidos nas CLÁUSULAS TERCEIRA e TRIGÉSIMA e obedecerão à regulamentação do BNH sobre a matéria.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — Durante os prazos de carência referidas na Cláusula Anterior, serão pagos, trimestralmente, os juros pactuados de acordo com esta Cláusula.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** — A amortização de cada empréstimo a ser concedida pelo BNH na forma do presente CONVÊNIO será realizada por meio de prestações trimestrais, de igual valor em UPUC, de capital e juros, observados os seguintes prazos:

a) até 18 (dezoito) anos após o período de carência no caso de se tratar dos empréstimos previstos nas alíneas "a" e "b" da CLÁUSULA OITAVA; e

b) até 60 (sessenta) meses após o término da carência no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** — Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida ao BNH, por força de cada Contrato de empréstimo decorrente ou vinculado ao presente CONVÊNIO, compreendido o principal, os juros e todos os demais encargos legais e contratuais, ficará o AGENTE FINANCEIRO sujeito a juros moratórios de 1% (hum por cento) ao ano, calculados sobre o saldo devedor corrigido na forma da Instrução n.º 5-66, do BNH.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** — O empréstimo suplementar a que se refere a alínea "b" do subitem 1.2 da RD n.º 16-71, será suspenso e os juros dos empréstimos concedidos pelo BNH serão automaticamente acrescidos de 1% (hum por cento) se enquanto perdurar atraso, na contribuição do Governo Estadual, como ENTIDADE FINANCIADORA, em relação ao compromisso assumido na forma da alínea "d" da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, se o BNH não preferir aplicar o disposto no PARÁGRAFO ÚNICO da CLÁUSULA DÉCIMA.



**CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** — Independentemente da incidência o do pagamento dos juros moratórios fixados na **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**, poderá o BNH proceder à imediata suspensão dos desembolsos, se não preferir denunciar o contrato de empréstimo em que ocorra qualquer dos seguintes fatos ou circunstâncias:

a) atraso no pagamento de qualquer quantia devida pelo AGENTE FINANCEIRO ao BNH, por força de qualquer contrato firmado entre ambos, compreendendo o principal, os juros e os demais encargos legais e contratuais;

b) falência, concordata, insolvência, intervenção, liquidação ou qualquer outro fato ou circunstância que possa acarretar a perda ou a redução da capacidade de livre administração do AGENTE FINANCEIRO;

c) alteração de qualquer das disposições vigentes que a critério do BNH, afete desfavoravelmente o desenvolvimento do PROGRAMA, o funcionamento dos sistemas e o ajustado neste Convênio e/ou nos contratos dele decorrentes;

d) não cumprimento, pela ENTIDADE FINANCIADORA, pelo AGENTE FINANCEIRO, pelo MUTUÁRIO FINAL, pelo AGENTE PROMOTOR e pelo ÓRGÃO GESTOR, das obrigações estabelecidas neste CONVÊNIO;

e) inadimplemento, pelo FIADOR, de qualquer das obrigações estipuladas no Contrato Acessório de Garantia referido na alínea "c" da **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**;

f) inadimplemento, pela ENTIDADE FINANCIADORA e/ou pelo MUTUÁRIO FINAL, da obrigação de participar com recursos para a execução dos Projetos, na forma que vier a ser estabelecida em cada contrato de empréstimo, de acordo com os respectivos cronogramas financeiros;

g) atraso ou paralisação da execução dos Projetos que prejudique os cronogramas físico, a critério do BNH; e

h) inadimplemento de qualquer das disposições ajustadas no presente CONVÊNIO e/ou nos contratos dele decorrente.

**CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA** — Poderá, o BNH, considerar vencidas as dívidas e rescisão de pleno direito o presente CONVÊNIO e/ou os contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, independentemente de notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios e da suspensão dos desembolsos, caso o AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 30 (trinta) dias da data de recebimento de aviso por escrito não promova o cumprimento de exigência a ele formulada com base em qualquer dos fatos ou circunstâncias previstos na **Cláusula Anterior**.

**CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA** — No caso de cobrança judicial de qualquer importância que for por ele devida, ficará o AGENTE FINANCEIRO sujeito à multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o total da dívida e independentemente dos juros moratórios estipulados na **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**.

**CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA** — O inadimplemento de qualquer das obrigações ajustadas no presente CONVÊNIO e/ou nos contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, enquanto estes subsistirem, poderá implicar na proibição de transacionar, o inadimplemento, com o BNH.

**CLAUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA** — O atraso ou omissão, por parte do BNH, no exercício dos direitos que lhe assistem na forma do presente CONVÊNIO e/ou dos contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, não poderá ser interpretado como renúncia a tais direitos nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiram exercitá-los.

**CLAUSULA VIGÉSIMA OITAVA** — Independentemente das garantias que forem dadas ao BNH por força de contratos de financiamento, firmados com o AGENTE FINANCEIRO e das garantias que forem subrogadas ao BNH nos termos da alínea g da **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA**, que poderão ser executadas pelo BNH, a seu exclusivo critério sem que o exercício de qualquer delas impeça a oportuna utilização da outra, e não obstante o disposto na **CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA**, poderá ser promovida, por via executiva, a cobrança das prestações vencidas e não pagas, com fundamento no parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-Lei nr. 960, de 17 de dezembro de 1938.

**CLAUSULA VIGÉSIMA NONA** — O inadimplemento de qualquer das obrigações pactuadas no presente CONVÊNIO, poderá acarretar, a exclusivo juízo do BNH, a sua rescisão de pleno direito, e/ou a dos contratos dele decorrentes e/ou a ele vinculados, direta ou indiretamente, com o consequente vencimento antecipado das respectivas dívidas.

#### 9 — CONTRATOS DECORRENTES OU VINCULADOS AO PRESENTE CONVÊNIO

**CLAUSULA TRIGÉSIMA** — Serão os seguintes os Contratos decorrentes ou vinculados ao presente CONVÊNIO:

a) — relativamente aos empréstimos referidos na alínea a da **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA**;

I) — Contrato de financiamento e refinanciamento a ser firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO, na qualidade de Mutuário do BNH, com a intervenção, necessária, do AGENTE PROMOTOR e do FIADOR;

II) — Contrato de financiamento a ser firmado entre o AGENTE FINANCEIRO e o MUTUÁRIO FINAL com a intervenção, necessária, do AGENTE PROMOTOR, para empréstimo dos recursos provenientes do BNH;

III) — Contrato Acessório de Garantia entre o BNH e o FIADOR, conforme prevê a alínea c da **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, para a garantia dos financiamentos concedidos pelo BNH ao AGENTE FINANCEIRO referido no subitem I desta **CLAUSULA**, podendo, a critério do BNH o referido Contrato Acessório de Garantia ser exigido para cada financiamento concedido pelo BNH, ou para um conjunto deles, ou mesmo, para todos os contratos de financiamento decorrentes do PROGRAMA;

IV) — Contrato de financiamento e refinanciamento a ser firmado entre o ÓRGÃO GESTOR e o AGENTE FINANCEIRO, à conta dos recursos do FAE-PR, com a intervenção necessária do AGENTE PROMOTOR;

V) — Contrato de empréstimo entre o AGENTE FINANCEIRO e o MUTUÁRIO FINAL, com intervenção necessária do AGENTE PROMOTOR, para empréstimo dos recursos provenientes do FAE-PR.

b) — relativamente aos empréstimos referidos na alínea b da **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA**;

I) — Contrato de empréstimo a ser firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO de que conste explicitamente, a cessão ao BNH, das garantias que forem dadas ao AGENTE FINANCEIRO pela ENTIDADE FINANCIADORA no Contrato referido no subitem a seguir;

II) — Contrato de empréstimo entre o AGENTE FINANCEIRO e a ENTIDADE FINANCIADORA para empréstimo dos recursos provenientes do BNH.

c) — relativamente aos empréstimos referidos na alínea c da **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA**;

I) — Contrato de empréstimo a ser firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO;

II) — Contrato de empréstimo a ser firmado entre o AGENTE FINAN-

CEIRO e o MUTUÁRIO FINAL ou outra entidade aceita pelo BNH, para empréstimo dos recursos deste provenientes;

III) — Contrato Acessório de Garantia nos termos referidos no subitem III da alínea a desta **Cláusula**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — No caso de o ÓRGÃO GESTOR e o AGENTE FINANCEIRO coincidirem torna-se desnecessário o contrato citado no subitem IV da alínea a desta **CLAUSULA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — Os contratos citados no subitem II e V da alínea a desta **Cláusula**, poderão ser substituídos por um único contrato para empréstimo dos recursos, tanto provenientes do BNH como do FAE-PR, desde que sejam assegurados os compromissos financeiros previstos para esses recursos nos contratos citados nos subitem I e IV ou I e V, todos da alínea a desta **Cláusula**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** — Os prazos de desembolsos, de carência e de amortização de todos os contratos referidos nesta **Cláusula**, referentes a um mesmo objetivo, assim como, a data a partir da qual os citados prazos estarão referidos, serão todos os expressamente citados no contrato referido no subitem I da alínea a desta **CLAUSULA**, a não ser que, por solicitação do AGENTE FINANCEIRO e de comum acordo com o AGENTE PROMOTOR e com o ÓRGÃO GESTOR, o BNH venha a aprovar outros prazos e datas a que se refere este Parágrafo.

**PARÁGRAFO QUARTO** — A forma ou o tipo de garantia a ser exigida pelo ÓRGÃO GESTOR ao AGENTE FINANCEIRO e deste ao MUTUÁRIO FINAL será decidido, em cada caso a critério dessas entidades.

**PARÁGRAFO QUINTO** — Para efetivação do Contrato Acessório de Garantia referido no subitem III da alínea a e no subitem III da alínea e ou da cessão de garantias referida no subitem I da alínea b, todos desta **Cláusula**, o BNH exigirá as garantias previstas na legislação em vigor e em sua regulamentação.

#### 10 — CONDIÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E REFINANCIAMENTOS A SEREM CONCEDIDOS COM RECURSOS PROVENIENTES DO FAE-PR.

**CLAUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA** — Os contratos de financiamentos e refinanciamentos dos projetos, a serem celebrados à conta de recursos do FAE-PR, subordinar-se-ão às condições básicas fixadas nos financiamentos a serem concedidos pelo BNH, exceto quanto à taxa de juros que será igual à taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado, e exceto, também, quanto à taxa de serviços técnicos que não poderá ser cobrada, permanecendo, porém, a taxa de administração na base de 1% (hum por cento) e a taxa de compromisso em valor igual ao dos juros fixados para cada operação de financiamento através de recursos do FAE-PR.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — A taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado será apresentada em estudo, aceitável pelo BNH e encaminhada a este pelo ÓRGÃO GESTOR.

#### 11 — CONDIÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE RECURSOS PELO AGENTE FINANCEIRO.

**CLAUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA** — O AGENTE FINANCEIRO emprestará os recursos oriundos do BNH e os provenientes do FAE-PR, nas mesmas condições recebidas, exceto quanto à taxa de juros que não poderá exceder de 1% (hum por cento) ao ano sobre a taxa cobrada em cada um desses empréstimos recebidos.

#### 12 — EXAME DOS PROJETOS E FISCALIZAÇÃO DE SUA EXECUÇÃO

**CLAUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA** — O exame dos projetos técnicos e a fiscalização de sua execução serão realizados por ÓRGÃO TÉCNICO credenciado pelo BNH, ou, em caráter excepcional, pelo próprio BNH, sempre que julgar conveniente.

**CLAUSULA TRIGÉSIMA QUARTA** — Os projetos que venham a se tornar inaceitáveis por parte do BNH, no todo ou em parte, não serão objeto de financiamento, e este fato não implicará em objeção ou direito adquirido por parte dos signatários deste Convênio, ficando os mesmos sem direito a qualquer protesto ou reclamação judicial ou extrajudicial.

#### 13 — ATOS NORMATIVOS

**CLAUSULA TRIGÉSIMA QUINTA** — Integram o presente Convênio como parte complementar, a RC nr. 61/67 e suas alterações, a RC nr. 03/71, a RD nr. 10/68 e suas alterações, a RD nr. 16/71 e as demais normas do BNH referentes ao Sistema Financeiro do Saneamento, cujas disposições os convenientes declaram conhecer e aceitar.

**CLAUSULA TRIGÉSIMA SEXTA** — Integra, também, o presente Convênio, para todos os fins de direito, o Convênio de Constituição do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do ESTADO DO PARANÁ — FAE-PR, e suas eventuais alterações.

#### 14 — DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLAUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA** — O presente Convênio deverá fazer parte integrante, para todos os fins de direito, de todos os contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, durante todo o prazo de validade de tais contratos.

**CLAUSULA TRIGÉSIMA OITAVA** — Em casos excepcionais, a exclusivo critério do BNH, poderá ser aceito outro fiador ou fiadores que não seja o previsto na alínea c da **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, mas que atenda às condições de garantias exigidas pelo BNH e às finalidades expressas na referida alínea.

**CLAUSULA TRIGÉSIMA NONA** — No caso de se tornar necessária a substituição da entidade designada como ÓRGÃO GESTOR, conforme prevê o **PARÁGRAFO ÚNICO** da **CLAUSULA NONA**, a nova entidade deverá firmar termo de compromisso, que atenda ao disposto na **CLAUSULA DÉCIMA QUINTA**, passando o referido termo de compromisso a integrar-se, para todos os fins de direito, ao presente Convênio.

**CLAUSULA QUADRAGÉSIMA** — Os signatários deste Convênio concordam, desde logo em que parte do PROGRAMA poderá ser financiado pelo BNH com recursos oriundos de Entidades Internacionais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — Os Contratos em que se pactuar a aplicação dos recursos de que trata esta **Cláusula**, deverão observar as condições de empréstimo estabelecidas neste Convênio e as normas especiais que porventura se fizerem necessárias.

**CLAUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA** — Os empréstimos suplementares a que se refere a alínea b do subitem 1.2 da RD nr. 16/71, subordinar-se-ão às normas baixadas pela ID/SFS/02/71, e, em especial, só serão concedidos em condições que garantam ao BNH proporcionalidade entre os seus



desembolsos e os constantes do cronograma a que se refere a alínea e do item 7 da RD nr. 16/71, na forma do que dispõe o subitem 7.4 daquela RD e sua regulamentação.

CLAUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA — Para a solução de qualquer questão decorrente do presente CONVÊNIO, fica eleito, pelas partes, o foro do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, estando justos e contratados, assinam, com as testemunhas, o presente, em 7 (sete) vias para um só efeito legal.

Curitiba, 23 de março de 1972.

(aa) RUBENS VAZ DA COSTA — Presidente do BNH.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado do Paraná.

CLAUDIO LUIZ PINTO — Diretor-Superintendente do BNH.

EWALDO VITA — Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S. A.

JAIME GARCEZ — Diretor-Financeiro do Banco do Estado do Paraná S. A.

JOSE ROBERTO DE A. P. DO REGO MONTEIRO — Diretor do BNH, Supervisor do Sistema Financeiro do Saneamento.

OSIRIS STENGHEL GUIMARAES — Secretário de Viação e Obras Públicas.

MUNIR SAAB — Diretor-Presidente da SANEPAR.

NAPOLEÃO DE ARAÚJO — Diretor-Financeiro da SANEPAR.

Testemunhas: (Ass. ilegíveis).

## ANEXO

### PROGRAMA ESTATUAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA — (PEAG) ESTADO DO PARANÁ

1) Prazo previsto para o abastecimento de Água a 80% da população urbana do Estado: 7 anos.

Período: 1971 a 1977.

1.1 — Meta a ser alcançada durante o período governamental vigente.

Abastecimento de água a 51% da população urbana no Estado em 5 anos. Período de 1971 a 1975.

2) Metas a serem alcançadas, ano a ano, em termos de população abastecida em valores absolutos e relativos à população urbana no Estado.

(1.000 HABITANTES)

POPULAÇÃO		POPULAÇÃO	
ANO	URBANA	ABASTECIDA	%
72	2.837	731	25,8
73	3.022	785	30,0
74	3.218	1.147	35,6
75	3.427	1.748	51,0
76	3.650	2.389	65,5
77	3.888	3.111	80,0

3) Cronograma de desembolso (Em 1.000 UPC)

ANA	Desemb.	Total	BNH	FAE	Munic.	Benef.
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	541	541	254	254	228	228
73	1.710	1.711	585	839	585	813
74	1.398	3.109	699	1.538	699	1.512
75	1.653	4.767	829	2.367	829	2.341
76	2.204	6.971	1.102	3.469	1.102	3.443
77	2.710	9.681	1.355	4.824	1.355	4.798

3.1 — Composição dos recursos formadores dos desembolsos anuais do FAE (1.000 UPC)

ANO	Integr. p/parte do Estado		Recursos Suplementares		RETORNO		TOTAL	
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	228	228	—	—	—	—	228	228
73	583	811	—	—	2	2	585	813
74	620	1.431	—	—	79	81	699	1.512
75	627	2.058	—	—	202	283	829	2.341
76	777	2.835	—	—	325	608	1.102	3.443
77	900	3.735	—	—	455	1.063	1.355	4.798

3.2 — Discriminação das contribuições do Governo Estadual na Integralização do FAE e no cumprimento dos Encargos Financeiros assumidos (EFISAN e ou FISAG) e Determinação do empréstimo suplementar do BNH.

3.2.1 — Determinação do Empréstimo Suplementar do BNH.

ANO	Desembolso do FAE (1)		Retorno do FAE (2)		Compromissos Assumidos (3)		5% da RTE (4)		Empréstimo Suplementar (1)-(2)+(3).(4)	
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	228	228	—	—	—	—	848	848	—	—
73	585	813	2	2	—	—	874	1.722	—	—
74	699	1.512	79	81	—	—	900	2.622	—	—
75	829	2.341	202	283	—	—	927	3.549	—	—
76	1.102	3.443	325	608	—	—	955	4.504	—	—
77	1.355	4.798	455	1.063	—	—	983	5.487	—	—

3.2.2. — Contribuições devidas pelo Governo do Estado.

ANO	Integralização Direta do FAE		Compromissos Assumidos		TOTAL		Receita Tributária — Estadual (RTE)		% RTE
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	
72	228	228	—	—	228	228	16.964	16.964	1,3
73	583	811	—	—	583	811	17.473	34.437	3,3
74	620	1.431	—	—	620	1.431	17.998	52.435	3,4
75	627	2.058	—	—	627	2.058	18.538	70.973	3,4
76	777	2.835	—	—	777	2.835	19.094	90.067	4,1
77	900	3.735	—	—	900	3.735	19.666	109.733	4,6

4) Evolução prevista para o Ativo e para os retornos do FAE.

ANO	Programação da Integralização (1)	Programação do Retorno do FAE (2)	Disponibilidades para aplicação (3)	Ativo do FAE (4)
72	228	—	228	241
73	583	2	585	826
74	620	79	699	1.497
75	627	202	829	2.250
76	777	325	1.102	3.223
77	900	455	1.355	4.383

5) Evolução prevista para a Receita e Despesas

ANO	RECEITA TOTAL	D O M	D F
	UPC	UPC	UPC
	Cr\$ × 1.000		
72	427	396	31
	26.269	24.362	1.907
73	459	414	45
	28.238	25.469	2.769
74	668	443	225
	41.095	27.253	13.842
75	1.004	489	515
	61.766	30.983	31.683
76	1.340	535	805
	82.437	32.913	49.524
77	1.695	584	1.111
	104.276	35.927	68.349

6) Evolução prevista da tarifa mínima e da relação

A N O	72	73	74	75	76	77
Tarifa Mínima (% S.M.R.)	5	5	5	5	5	5
Tarifa Média	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13
Tarifa Mínima	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13

7) Previsão de Evolução do investimento "per-capita"

A N O	72	73	74	75	76	77
I P C	2,26	2,26	2,26	2,26	2,26	2,26
UPC/hab.	2,26	2,26	2,26	2,26	2,26	2,26

### PEAG — PARANÁ

- 1) Catanduvas
- 2) São João
- 3) Xambê
- 4) Assis Chateaubriand
- 5) Corbélia
- 6) Piên
- 7) Arapoti
- 8) Cruz Machado
- 9) Cândido de Abreu
- 10) Antônio Olinto
- 11) Ortigueira
- 12) Medianeira
- 13) Palotina
- 14) Leopoldina
- 15) Cidade Gaúcha
- 16) Miraselva
- 17) Teixeira Soares
- 18) Curitiba
- 19) Agudos do Sul
- 20) Pinhão
- 21) General Carneiro
- 22) Matelândia
- 23) Rio Branco do Sul
- 24) Guaraniáçu
- 25) Engenheiro Beltrão
- 26) Rio Bom
- 27) Itambaracá
- 28) Tijucas do Sul
- 29) Verê
- 30) Santo Antônio do Paraíso
- 31) Roncador
- 32) Icaraima
- 33) Sertaneja
- 34) Reserva



- 35) Rolândia
- 36) Paranapoema
- 37) Manoel Ribas
- 38) São José da Boa Vista
- 39) Ipiranga
- 40) Paranaguá
- 41) Paulo Frontin
- 42) Alto Piquiri
- 43) Cambira
- 44) Bonsucesso
- 45) Capitão Leônidas Marques
- 46) Adrianópolis
- 47) Rondon
- 48) Tibagi
- 49) Mangueirinha
- 50) Coronel Vivida
- 51) Palmital
- 52) Guaporema
- 53) Marechal Cândido Rondo
- 54) Telêmaco Borba
- 55) Abatiá
- 56) Guairacá
- 57) Toledo
- 58) Sabáudia
- 59) Campina da Lagoa
- 60) Santa Cecília do Pavão
- 61) Nova Londrina
- 62) Paula Freitas
- 63) Santa Cruz do Monte Castelo
- 64) São Pedro do Paraná
- 65) Tapejara
- 66) Iretama
- 67) Quinta do Sol
- 68) Primeiro de Maio
- 69) Guapirama
- 70) Nova América da Colina
- 71) Bandeirantes
- 72) Itambé
- 73) Balsa Nova
- 74) Alvorada do Sul
- 75) Arapongas
- 76) Salto do Itararé
- 77) Almirante Tamandaré
- 78) Sapopema
- 79) Porecatu
- 80) Iporã
- 81) Paranacity
- 82) Jataizinho
- 83) Bituruna
- 84) Mamborê
- 85) Rancho Alegre
- 86) Cascavel
- 87) Sta. Fé
- 88) Chopinzinho
- 89) Barracão
- 90) Sta. Inês
- 91) Cruzeiro do Sul
- 92) Jussara
- 93) São João do Triunfo
- 94) Ivaiporã
- 95) Pinhalão
- 96) Santana do Itararé
- 97) Califórnia
- 98) Planaltina do Paraná
- 99) Tomazina
- 100) Uniflor
- 101) Araruna
- 102) Inácio Martins
- 103) Sergés
- 104) Sta. Amélia
- 105) Lobato
- 106) Assaí
- 107) Sto. Antonio do Sudoeste
- 108) Pitanga
- 109) Guaíra
- 110) Rio Azul
- 111) Terra Roxa
- 112) Florai
- 113) Sto. Antonio do Caiuá
- 114) Jardim Olinda
- 115) Dr. Camargo
- 116) Piraquara
- 117) Uraí
- 118) Pres. Castelo Branco
- 119) Ampere
- 120) Jandaia do Sul
- 121) Itapejara do Oeste
- 122) Cambé
- 123) Kaloré
- 124) Alto Paraná
- 125) Tamboara
- 126) Ivaí
- 127) S. Sebastião do Amoreira
- 128) Sta. Mariana
- 129) Munhoz de Melo
- 130) S. Mateus do Sul
- 131) Clevelândia
- 132) Colombo
- 133) Andirá
- 134) Colorado
- 135) Marilândia do Sul
- 136) Marialva
- 137) Guarapuava
- 138) S. João do Ivaí
- 139) São Jorge do Oeste
- 140) Salto do Lontra
- 141) Maringá
- 142) Laranjeiras do Sul
- 143) Nova Carthú
- 144) Marumbi
- 145) Mallet
- 146) Guaratuba
- 147) Flórida
- 148) Mandaguari
- 149) Iguaraçu
- 150) Jaguapitã
- 151) Palmas
- 152) Capanema
- 153) Fênix
- 154) Araucaria
- 155) Renascença
- 156) S. João do Caiuá
- 157) Imbituva
- 158) Prudentópolis
- 159) Faxinal
- 160) Pato Branco
- 161) Cruzeiro do Oeste
- 162) Apucarana
- 163) São Carlos do Ivaí
- 164) Nova Esperança
- 165) Ribeirão do Pinhal
- 166) Rebouças
- 167) Francisco Beltrão
- 168) Mandaguacu
- 169) Nossa Senhora das Graças
- 170) Santo Inácio
- 171) Guaraci
- 172) Cambará
- 173) Nova Fátima
- 174) Cianorte
- 175) Paçandu
- 176) Joaquim Távora
- 177) Sertãoópolis
- 178) Jundiá do Sul
- 179) Bela Vista do Paraíso
- 180) Quatiguá
- 181) Ribeirão Claro
- 182) Japura
- 183) Ibiporã
- 184) Mirador
- 185) Santa Isabel do Oeste
- 186) Foz do Iguaçu
- 187) Campo Largo
- 188) Congonhinhas
- 189) Lupianópolis
- 190) Astorga
- 191) União da Vitória
- 192) São Pedro do Ivaí
- 193) Castro
- 194) Salgado Filho
- 195) Quatro Barras
- 196) Realeza
- 197) Palmeiras
- 198) Londrina
- 199) Curitiba
- 200) Carlópolis
- 201) Jacarezinho
- 202) Pôrto Amazonas
- 203) Piraí do Sul
- 204) Paraíso do Norte
- 205) São José dos Pinhais
- 206) Sto. Antonio da Platina
- 207) Cornélio Procopía
- 208) Lapa
- 209) Irati
- 210) Paranavai
- 211) Jaguariava
- 212) Peabiru
- 213) Itaquagé
- 214) São Miguel do Iguaçu
- 215) Ponta Grossa
- 216) Siqueira Campos
- 217) Wenceslau Braz
- 218) Nova Aliança do Ivaí
- 219) Antonina
- 220) Mariópolis
- 221) São Tomés
- 222) Tapira
- 223) Umuarama
- 224) Campo Mourão
- 225) Altonia
- 226) Centenário do Sul
- 227) Ibaiti
- 228) São Jorge
- 229) Tuneiras D'Oeste
- 230) Terra Rica
- 231) Nova Aurora
- 232) Borrazópolis
- 233) Dois Vizinhos
- 234) Cérró Azul
- 235) Terra Boa
- 236) Jardim Alegre
- 237) Santa Helena
- 238) Rio Negro
- 239) Céu Azul
- 240) Loanda
- 241) Moreira Sales
- 242) Santa Isabel do Ivaí
- 243) Inajá
- 244) Morretes
- 245) Janiápolis
- 246) Goio-Erê



- 247) Ubitatã
- 248) Florestópolis
- 249) Barbosa Ferraz
- 250) São Jerônimo da Serra
- 252) Bocaiúva do Sul
- 253) Floresta
- 254) Itatuba
- 255) Quitandinha
- 256) Ourizona
- 257) Mandirituba
- 258) Atalaia
- 259) Amaporã
- 260) Formosa
- 261) Cafeara
- 262) Guaraqueçaba
- 263) Querência do Norte
- 264) Grandes Rios
- 265) Pérola D'Oeste
- 266) Indianópolis
- 267) Campo Novo
- 268) Boa Esperança
- 269) Flanalto
- 270) Campina Grande do Sul
- 271) Nova Olímpia
- 272) Maria Helena
- 273) Contenda
- 274) Japira
- 275) Mariluz
- 276) Itaúna
- 277) Tomé
- 278) Vitorino
- 279) Marilena
- 280) Campo Tenente
- 281) Pôrto Vitória
- 282) Jaboti
- 283) Diamantina do Norte
- 284) Pôrto Rico
- 285) Marmeleiro
- 286) Barra do Jacaré
- 287) Conselheiro Mairinck
- 288) Matinhos

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM

24/72

Curitiba, 31 de maio de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos contraídos ou que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANE-PAR.

O Governo Federal, através do Banco Nacional da Habitação, preparou e está executando o plano Nacional de Saneamento — PLANASA, que se propõe permitir ao Governo do Estado o equacionamento em caráter permanente, do problema do abastecimento de água, atualmente precário e com sérias consequências para a saúde e bem estar de seu povo, e ao mesmo tempo, oferecer-lhe os meios necessários para solucioná-lo.

Assim, o Governo do Estado compreendendo o alcance e a importância da meta pretendida pelo Governo Federal, no setor do saneamento, celebrou no dia 23 de março próximo passado, um Convenio com o Banco Nacional da Habitação BNH, destinado a estabelecer as condições gerais para a realização de programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, propiciando o equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água em todos os municípios, nos moldes preconizados pelo PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO — PLANASA, com possibilidades de atendimento a 80% da população urbana do Paraná, que no final do Plano, em 1977 beneficiará pelo menos 3.111.000 pessoas.

As entidades participantes do Convenio, são:

- a. Entidade Financiadora — Governo do Estado do Paraná;
- b. Agente Financeiro — Banco do Estado do Paraná S.A.;
- c. Agente Promotor — Companhia de Saneamento do Paraná — SANE-PAR;
- d. Órgão Gestor — Banco do Estado do Paraná S.A.;
- e. Mutuário Final — Companhia de Saneamento do Paraná — SANE-PAR.

Dos compromissos assumidos e cumpridos pelo Governo do Estado neste setor, falta o da garantia objetivada no anteprojeto ora encaminhado a essa Augusta Casa, o qual, baseado em minuta elaborada pelo BNH, assegura o estrito cumprimento das obrigações originadas dos empréstimos decorrentes do Convenio, que vierem a ser concedidos pelo referido Banco Nacional da Habitação, ao Agente Financeiro, Banco do Estado do Paraná S.A.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. com o BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, para serem aplicados através da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ — SANE-PAR, até o máximo de 9.681.000 UP, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotos em municípios do Estado, e a conferir ao BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar aos Órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.

Parágrafo único. Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO na hipótese de o BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. ou o GOVERNO DO ESTADO não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrado com o BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO.

Art. 2.º — Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná-FAE-PR, bem como a garanti-los na forma estabelecida no artigo 1.º desta Lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM

25/72

Curitiba, 31 de maio de 1972.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná-FAE-PR, constituído em Convenio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação, em conformidade com o preceito do Decreto Lei Federal n.º 949, de 13 de outubro de 1969, e das outras providências.

Tais recursos permitirão ao Governo Estadual, em consonância com a política de saneamento do Governo Federal, fazer frente aos compromissos assumidos no Convenio do PLANASA, o qual propiciará a solução do problema de abastecimento de água em 80% dos Municípios paranaenses.

Esclareço aos Senhores Deputados, que a recomendação do Banco Nacional da Habitação para a extinção do Fundo de Água e Esgotos-FAE, criada pela Lei Estadual n.º 4684 de 23 de janeiro de 1963, se fundamenta em normas ditadas pelo Banco Central, no que tange à administração de Fundos Financeiros, por considerar o Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Paraná-FAE-PR, a garantia do esquema e o principal suporte do Sistema Financeiro do Saneamento, bem como em obediência às normas do Banco Nacional da Habitação consubstanciadas no item 2 da RD 16-71 alínea "c" do item 7 da RD 16-71 e ID/SFS/02/71.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, constituído em Convenio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação, na conformidade com o que preceitua o Decreto Lei Federal de n.º 949 de 13 de outubro de 1969.

Parágrafo Único. Os recursos de que trata este artigo serão constituídos por:

- I — dotações concedidas no orçamento anual ou através de créditos suplementares ou especiais;
- II — recursos provenientes de operações de crédito de que o Governo do Estado seja Mutuário, desde que as obrigações financeiras decorrentes não onerem o FAE-PR;
- III — retornos das aplicações do Fundo, bem como com os resultados obtidos;
- IV — outros recursos de qualquer origem, que lhe forem destinados, desde que não onerem o FAE-PR.

Art. 2.º — Consideram-se como integralizados pelo Estado os valores aplicados à conta do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos — FAE-PR a partir de 15.09.69, devendo seus resultados financeiros serem incorporados ao citado Fundo.

Parágrafo Único. O FAE-PR, terá individuação contábil e Gestão Autônoma.

Art. 3.º — Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante Decreto, a Gestão do FAE-PR, bem como a designar o respectivo Órgão Gestor.

Art. 3.º — Os recursos consignados no orçamento estadual à conta do Fundo de Água e Esgotos — FAE, criado pela Lei 4684, de 23.01.63, relativo ao corrente exercício, são transferidos ao FAE-PR e a ele se incorporarão para todos os efeitos e fins do que dispõe o inciso I do parágrafo único do Art. 1.º da presente Lei, ficando excluídos os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR como TAXA DE ADMINISTRAÇÃO constante da dotação 72.7.7—61—08—0 Código 1.2.01.

Art. 5.º — Fica extinto o Fundo de Água e Esgotos FAE, criado pela Lei 4684, de 23 de janeiro de 1963 devendo seus direitos e obrigações, com exceção do que tratam os artigos 2.º e 4.º, serem transferidos para todos os efeitos e fins a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, podendo o Patrimônio Líquido do FAE, ser incorporado à SANEPAR e/ou destinado para a integralização do FAE-PR, na conformidade do que dispõe o inciso IV do parágrafo único do Artigo 1.º da presente Lei.

Art. 6.º — A SANEPAR poderá suspender o abastecimento de água do imóvel, independentemente de nova notificação, quando a conta não for paga até a data de seu vencimento, bem como em outros casos previstos em regulamento.

Art. 7.º — As contas da SANEPAR serão emitidas para cada ligação às redes de água e de esgotos sanitários, independente do número de economias atendidas.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 10.º e 11 da Lei 4684, de 23 de janeiro de 1963.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM

26/72

Curitiba, 2 de junho de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 1.º, da lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, que dispõe a criação de um curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 792-72, de 13 de abril do corrente



ano, diz da necessidade, oportunidade e interesse público a medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, um Curso de Ciências Biológicas".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Of. n.º 792-72

Curitiba, 13 de abril de 1972.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem à douda Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de que seja dada nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, na conformidade do anexo anteprojeto.

O preceito em referência autoriza o Poder Executivo a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho um curso de "História Natural", mas essa cadeira passou a ser denominada "Ciências Biológicas" por força da lei federal, motivo porque a Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, ao examinar o processo de criação do mesmo curso, emitiu parecer no sentido da necessidade de ser observada a aludida denominação oficial.

Cumpre-me esclarecer ainda a Vossa Excelência que a alteração objetivada não importará nem na criação de cargos e nem em aumento de quaisquer despesas, pois estas serão realizadas à conta das dotações já previstas pela própria Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) ROBERTO LINHARES DA COSTA

Secretário da Educação e Cultura

A Sua Excelência o Senhor

DOCTOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

NESTA CAPITAL

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, se consigne na Ata dos presentes trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ali Charif Amud, ocorrido na cidade de Apucarana, em data de ontem.

O extinto exercia os cargos de Oficial do Cartório do Cível e Comércio e Escrivão Eleitoral da Comarca de Jandaia do Sul, funções que exerceu por mais de 18 anos, com eficiência e alto espírito público. Pelo conceito que gozava na sociedade de Jandaia do Sul, o seu passamento repercutiu intensamente.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento à ilustre família enlutada, dirigindo-se mensagem de condolências em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

(a) — Gilberto Carvalho

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Parlamentares requer, após ouvido o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos um Voto de Aplausos, aos Excelentíssimos Senhores Jornalistas Divonei Machado de Campos, do Diário do Paraná, e ao Senhor Doutor Jayme Lerner, Prefeito de Curitiba, por terem sido agraciados com a ("Medalha Mérito Tamandaré", em cerimônia solene realizada no Quartel da Marinha, às 10,00 horas da manhã de domingo último, na Guanabara.

Requer, outrossim, se transcreva nos anais da Casa, notícia divulgando a mesma matéria, no Jornal Diário do Paraná, edição de 13 do corrente mês, dando-se ciência também aos homenageados.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1972.

(a) — Paulo Poli

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja inserido em Ata, voto de regozijo e aplauso pela instalação, na cidade de Cascavel, de Sucursal do conceituadíssimo jornal paranaense, "Diário do Paraná", requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento à direção geral do prestigioso matutino nesta Capital, como também à direção da Sucursal recentemente instalada.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1972.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA: — Não poderíamos de maneira alguma, silenciar diante dos inúmeros benefícios que trará a Cascavel e à região oeste de nosso Estado, a instalação da Sucursal deste grandioso jornal do Paraná.

Nosso júbilo tem sua razão no fato de ser o "Diário do Paraná", um dos mais prestigiosos e importantes matutinos de nossa imprensa jornalística, pertencente à Rede dos Diários e Emissoras Associados, que sempre trouxe ao conhecimento do público os acontecimentos do país e do mundo, graças à competíssima equipe de jornalistas que possui.

Terá portanto Cascavel e a região oeste de nosso Estado inúmeros benefícios com tal instalação, positivos e benéficos, que haverão de se fazer sentir muito em breve, através da divulgação de sua gente e de suas realizações não só no Paraná, mas também em outros Estados da Federação.

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento aos Exmos. Srs. Alfredo Buzaid e Filinto Müller, Ministro da Justiça e Presidente Nacional da ARENA, de expediente que contenha a

manifestação desta Casa, contrária à adoção do voto distrital na organização eleitoral vigente, pelas razões seguintes:

1.a — A redução do campo da disputa eleitoral não elimina, antes acentua a influência da força econômica dos candidatos. É o caso típico das eleições municipais, onde todos os vícios eleitorais, que se pretendem corrigir, estão presentes. Por outro lado, a secular prática comercial ensina que a redução da área competitiva implica na sofisticação dos meios e expedientes de luta;

2.a — O critério geográfico-territorial de eleição está superado na sociedade moderna, industrial e urbana, altamente socializada em termos de vinculações sociais. O relacionamento humano, embora suponha a coexistência territorial, resulta muito mais de afinidades religiosas, ideológicas, classistas ou funcionais-profissionais. Nestas condições, uma liderança sem afinidades consequentes da mera vizinhança, porém amplamente enraizada em outros níveis de autêntica convivência por toda a comunidade regional, será frustrada em benefício de políticos locais, de festinhas e velórios;

3.a — O representante não teria a oportunidade de se comprometer com vários núcleos e segmentos de opinião política dispersos pelo território do Estado, cujas exigências e reivindicações forçam-no a operar mediante providências abrangentes e adequadas ao conjunto heterogêneo e plural da população.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

(a) Antônio Lopes Júnior

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja formada uma Comissão Especial de 3 (três) Deputados, com o objetivo de verificar no interior do Estado, a real situação do funcionalismo público estadual.

Esta Comissão se justifica, ao levarmos em consideração que há reclamações de atraso no pagamento dos servidores contratados do Estado, que estariam sem receber os seus vencimentos há mais de três meses, atingindo esta anormalidade professores suplementares, serventes, fiscais contratados da Secretaria da Fazenda e parte do pessoal lotado na Segurança Pública.

Já houve uma exposição através da Tribuna desta Casa pelo honrado Deputado João Jacomet, que afirmou estar o pagamento totalmente normalizado ou pelo menos em parte. Contudo, como continuam as reclamações sobre atraso de pagamento dos contratados, é oportuna a constituição desta Comissão Especial, o que ensinaria à Assembléia Legislativa conhecer diretamente a situação dos servidores, enviando seus representantes para o importante trabalho no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1972.

(a) Antônio Belinati

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei nr. 81/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

(a) Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA: — Sob a denominação acima, foi constituída em 1969, na cidade de Londrina, uma entidade civil, de caráter filantrópico-social-educativo, que mantém instituições com este objetivo e cujo estatuto já foi devidamente aprovado e publicado.

A declaração de utilidade pública, conforme faculta a lei, dará a esta entidade maior desenvolvimento e prestígio junto aos órgãos públicos, daí a razão do presente Projeto.

##### Projeto de Lei nr. 82/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica incluído entre os membros do Conselho Rodoviário Estadual, previstos no art. 6.º do Decreto nr. 17.007, de 29 de outubro de 1969, um representante dos Municípios.

Parágrafo único: — O representante dos Municípios e seu respectivo Suplente, serão engenheiros civis de reconhecida competência e idoneidade, estranhos aos quadros do funcionalismo, nomeado pelo Chefe do Governo do Estado, mediante indicação da Associação dos Municípios do Estado do Paraná e proposição do Secretário dos Transportes.

Art. 2.º — Dentro de 30 dias de vigência desta Lei a Associação dos Municípios do Estado do Paraná deverá providenciar a indicação ao Secretário dos Transportes dos nomes que deverão exercer respectivamente os cargos de representante e suplente dos Municípios até o término do mandato do atual Conselho Rodoviário.

Parágrafo único — O Secretário dos Transportes, até cinco dias após, procederá na forma prevista no Parágrafo único do artigo 1.º.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1972.

(aa) Borsari Netto e Basilio Zanusso

JUSTIFICATIVA: — Compete ao Conselho Rodoviário Estadual a manifestação sobre a política rodoviária definida pelo Governo Estadual e, em particular, deliberar acerca do seguinte:

- regulamentação de leis pertinentes ao setor rodoviário estadual;
- plano rodoviário estadual e suas modificações;
- programas de obras e orçamento anuais de DER-Pr, apresentados pelo Diretor Geral;
- convênios de qualquer natureza e fim com o DNER, ou com quaisquer outras entidades oficiais ou particulares;
- estabelecimento das condições técnicas mínimas, inclusive faixa de domínio.

O Governo do Estado vem objetivando uma ampla e racional assistência rodoviária aos Municípios, através de um plano conjunto e ordenado, de forma a evitar-se a dispersão de recursos.

Cabendo ao DER ponderável parcela de responsabilidade, também, à solução gradativa dos problemas peculiares à perfeita execução da política de estradas de rodagem no âmbito municipal, entendemos oportuno o presente Projeto de Lei que dará aos municípios paranaenses legítima participação nas decisões do importante órgão que é o Conselho Rodoviário Estadual.



Há ainda a argumentar que outros Estados da Federação já contam em seus Conselhos Rodoviários com o representante proposto no presente Projeto.

O SR. PRESIDENTE -- Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, que se encontra ausente desta Sessão, trouxe à Assembleia Legislativa esclarecimentos em nome do Governo do Estado do Paraná, sobre a situação do pagamento dos servidores contratados do Estado.

Segundo as afirmativas do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, não há servidores em atraso. Aliás, este pronunciamento nós havíamos tomado conhecimento de que seria feito já na sexta-feira, quando estivemos na "Folha de Londrina", lá tomamos conhecimento de que o Governo através de um de seus representantes nesta Casa, procederá o esclarecimento aos representantes do povo.

No entanto, sem pretender aqui desmentir o ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, queremos reafirmar que continuamos recebendo reclamações, de que servidores contratados, estão com seus pagamentos em atraso há mais de três meses. São professoras suplementaristas são serventes, e na Capital mesmo há o atraso. Na Capital agora normalizaram, mas mesmo assim ficou mês para trás, está em atraso um mês.

No interior do Estado as serventes não recebem há mais de três meses. Levando em consideração que há aí uma outra interpretação de nossa parte, pretendemos que a Assembleia Legislativa proceda a designação de uma comissão de Deputados. Esta comissão viajará para o interior, percorrerá as Inspetorias Regionais de Ensino, os ginásios, os colégios, os grupos escolares para uma ampla e total verificação da situação do servidor público, notadamente o contratado, porque os funcionários nomeados estão recebendo em dia.

Mas a grita é em relação ao funcionário contratado. Por último, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos neste momento, louvar a atitude do Governador Parigot de Souza que ontem, pela primeira vez, após a enfermidade que o afastou do Governo do Estado do Paraná, convocou as autoridades, os líderes de entidades de classe e o povo, para a apreciação do seu plano diretriz.

Foi inegavelmente uma grande oportunidade que o Sr. Governador ofereceu ao povo do Paraná, de conhecer mais objetivamente a situação econômica do Paraná. E também tomar conhecimento daquilo que o Sr. Governador pretende realizar de 1972 até 1974.

Temos, aqui, por algumas vezes, feito críticas ao Governo do Estado pois na tarde de ontem ficamos satisfeitos em ver a preocupação do Chefe do Executivo Estadual, naquela convocação ao Palácio de todas as lideranças e ali fazer o relato do seu plano de ação.

Também pela televisão e pelo rádio, dava o Sr. Governador uma satisfação a todo o Paraná da atual realidade paranaense.

Mesmo pertencendo a Partido adverso ao Sr. Governador, não poderíamos deixar de manifestar o nosso júbilo e isto naturalmente não implica na nossa condição de oposição ao Governador, em absoluto. Nosso pronunciamento nessa manhã não vai nos levar sempre a apoiar o Governo. Nas medidas administrativas, sempre a nossa Bancada tem dado aquela ajuda indispensável para que o Governo realize uma boa administração. Porque se o Governo for mal, administrativamente, em última análise, o maior prejudicado fatalmente será o povo.

E também pudemos nos sentir alegres em ver a recuperação do Sr. Governador. Foi a segunda vez que estivemos com o Sr. Governador, após a sua enfermidade e pudemos vê-lo com boa aparência, grande disposição, eliminando de uma vez por todas, aquele conceito que vinha sendo pernicioso, prejudicando o bom andamento da administração estadual e que vinha trazendo prejuízos para todo o Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é este nosso pronunciamento, de cumprimentos pelo comportamento do Governador do Estado do Paraná; entendemos que todo governo deve sempre dar uma satisfação ao povo para que o povo não se sinta aliado, para que o povo possa se sentir mais entrosado com as atividades governamentais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(lendo) "Todos conhecem que compete ao Conselho Rodoviário Estadual, a manifestação sobre a política rodoviária definida pelo Governo Estadual e, em particular, deliberar acerca do seguinte:

- regulamentação de leis pertinentes ao setor rodoviário estadual;
- plano rodoviário estadual e suas modificações;
- programas de obras e orçamentos anuais do DER-Pr, apresentados pelo Diretor Geral;
- convênios de qualquer natureza a fim com o DNER, ou com quaisquer outras entidades oficiais ou particulares;
- estabelecimento das condições técnicas mínimas, inclusive faixa de domínio.

O Governo do Estado vem objetivando uma ampla e racional assistência rodoviária aos Municípios, através de um plano conjunto e ordenado, de forma a evitar-se a dispersão de recursos.

cabendo ao DER ponderável parcela de responsabilidade, também, à solução gradativa dos problemas peculiares à perfeita execução da política de estradas de rodagem no âmbito municipal, entendemos oportuno o presente Projeto de Lei que, juntamente com o Deputado Basílio Zanusso, faremos chegar à Mesa, e que dará aos Municípios paranaenses legítima participação nas decisões do importante órgão que é o Conselho Rodoviário Estadual.

Há ainda a argumentar que outros Estados da Federação já contam em seus Conselhos Rodoviários com o representante proposto no presente Projeto".

Verificamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que sancionado o presente Projeto de Lei, os municípios contarão, efetivamente, com uma representação dentro do Conselho Rodoviário Estadual, tarefa de grande importância para o estabelecimento de planos rodoviários, tanto estaduais, como municipais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- Esta Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar, em Plenário, a presença do Sr. Prefeito Municipal de Paranapoema.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. IVO TOMAZONI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à Tribuna o registro de um dos acontecimentos que deve, Sr. Presidente, no futuro, representar o desenvolvimento educacional e cultural da região Sudoeste paranaense.

A imprensa paranaense stampa, hoje, notícia relacionada com o funcionamento da FUNDEPABRA, Fundação Educacional do Sudoeste, sediada em Pato Branco.

Diz o editorial:

(lendo): "Pato Branco dá exemplo educacional.

Por ocasião do 6.º Encontro de Administração Municipal, com a participação do Tribunal de Contas da União, ABM -- Associação Brasileira dos Municípios, o professor Inácio Xavier da Silva, Diretor do IGE, do Ministério de Educação e Cultura, caracterizou as normas, estatutos e projetos da Fundação Educacional de Pato Branco, como um exemplo a ser seguido pelo Brasil.

Por outro lado, o IBAM, considerado como a 4.ª Organização Mundial de Administração Municipal, firmou convênio de Treinamento para os Cursos sob o patrocínio da Subsecretaria Internacional do Ministério de Planejamento, destinado aos professores e monitores da FUNDEPABRA, cujo ponto alto de seu programa de ação é a Escola Integrada de Administração Municipal, responsável pela concessão de recursos humanos aos municípios do Estado do Paraná, além do aprimoramento da rede municipal de ensino primário, ressaltando-se que os professores terão treinamento do IBAM para o 1.º e 2.º grau fundamental. Preservada a autonomia municipal, a Fundação Educacional de Pato Branco congregará sua estrutura em 22 municípios do Sudoeste do Estado".

A FUNDEPABRA já está com a documentação, depois de publicada, entregue às mãos do Sr. Ministro da Educação e Cultura visando levar para o Sudoeste paranaense à Universidade do Sudoeste as Faculdades de Educação 1.º e 2.º grau, a Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração de Empresas, a Faculdade de Agronomia além daquela destinada ao treinamento específico do pessoal da administração municipal.

O acontecimento, para quem no Sudoeste do Paraná há tantos anos vê a necessidade do aprimoramento da nossa gente, é, sem dúvida nenhuma, auspicioso.

Haverá de, a curto prazo, o Sr. Ministro da Educação e Cultura, observando a grandeza do que se pretende pelos currículos encaminhados, apressar o funcionamento dessa Universidade com as diversas Faculdades.

Isto ocorrendo, estaremos, no Sudoeste do Paraná, atendendo ao chamado do Governo Federal nesta arrancada que visa colocar o Brasil numa posição de real destaque no plano educacional diante dos demais países sul-americanos.

Esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados a comunicação que nos cabia fazer neste Pequeno Expediente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. -- Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Borsari Neto e Basílio Zanusso, constante do Expediente. Necessita de apoio. -- Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 195/70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, fica criada uma Escola Normal de Grau Ginásial em Marumbi. -- Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. -- Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 199/70, de autoria do Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola de Comércio, em Mamborê e dá outras providências. -- Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. -- Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 214/70, de autoria do Deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Secundário em Curitiba. -- Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. -- Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 13/72, de autoria do Poder Executivo -- Mensagem nr. 2/72, encaminhando anteprojeto de lei complementar, que institui o Conselho de Contribuintes e recursos Fiscais (CCRF), vinculado a Secretaria da Fazenda e destinado ao julgamento em instância administrativa de questões tributárias. -- Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. -- EM REGIME DE URGÊNCIA. -- COM EMENDA DE PLENÁRIO. -- Aprovados projeto e emenda.

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 44/72, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Escola Especializada Primavera, de atendimento a crianças excepcionais nesta Capital. -- Parecer favorável da C.C.J. -- EM REGIME DE URGÊNCIA. -- Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 219/70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial em Paissandu e dá outras providências. -- Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. -- Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 240/70, de autoria do Deputado Pinto Dias, cria um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. -- Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. -- COM EMENDA. -- Em votação o projeto, ressalvada a emenda. -- Aprovado. Em votação a emenda. -- Aprovada.

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 69/71, de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de "Três Barras", Município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1972. -- Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. -- COM EMENDA -- EM REGIME DE URGÊNCIA. -- Em votação o projeto, ressalvada a emenda. -- Aprovado. Em votação a emenda. -- Aprovada.

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nr. 122/71, de autoria do Deputado Quêlise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Colorado, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. -- Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. -- COM SUBSTITUTIVO. EM REGIME DE URGÊNCIA. -- Aprovado pelo substitutivo.



2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-71, de autoria do Dep. Quiêse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Astorga, uma Circunscrição de trânsito, com Jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. (Em Regime de Urgência). — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 145-71, de autoria do Dep. Fuad Nacli, cria uma Escola Normal Colegial Estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com Substitutivo. (Em Regime de Urgência). — Aprovado pelo substitutivo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 220-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem 23-71, encaminhando anteprojeto de lei que cria o Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os Cargos Isolados de Provimento em Comissão que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. (Em Regime de Urgência). — Aprovado.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 291-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Diamante do Norte para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 291-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Escola Normal de Diamante do Norte, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1970

(a) Wilson Fortes

#### JUSTIFICATIVA:

Criar escolas é o fator primordial da promoção humana. Efetivamente, a cultura é a alavanca do progresso, é a mola que propulsa o desenvolvimento, traz maiores oportunidades faz com que os homens compreendam o porque de sua existência na terra e tenham uma cosmovisão mais adequada dos homens e das coisas.

Entre as missões e vocações que nobilitam, realmente a de mestre merece destaque especial. Por esta razão, propomos a criação deste estabelecimento de ensino que atenderá uma região novel do Noroeste e que por intermédio das mestras que ali se formarão, muitos benefícios advirão às gerações vindouras.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 291-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Cria a Escola Normal de Diamante do Norte para funcionar a partir do próximo ano letivo.

#### P A R E C E R

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos.

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, ainda ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

#### ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

E da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

#### ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a defender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc..

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

#### ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênua aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo irrevogado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

(za) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

Acyr José — Arthur de Souza — Muggiati Filho — Cândido M. de Oliveira (Vencido) — Sebastião Rodrigues Júnior.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 291-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Cria a Escola Normal de Diamante do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

#### P A R E C E R

A medida é das mais oportunas, pois trata da criação de estabelecimento de ensino matéria de absoluta prioridade.

Como se trata de mera autorização, a esta Comissão não se apresenta óbice de caráter financeiro.

Somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em... de agosto de 1971

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Fuad Nacli — Maurício Fruet.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE LEI N. 291-70

#### P A R E C E R

O Projeto de autoria do nobre deputado Wilson Fortes, cria a Escola Normal de Diamante do Norte.

A iniciativa, além de legítima, colabora estreitamente com a política educacional do Governo do Estado.

O objetivo do Projeto é oportuno e legítimo. O seu aspecto legal e constitucional já foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável.

O nosso parecer, portanto, salvo contestação, é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em... de outubro de 1971

(aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Das — Arizone Araújo

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 224-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo conceder duas pensões mensais de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a José Boiko e Ana Boiko residentes em Colônia Retiro, Município de Mandirituba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com Substitutivo. (Em Regime de Urgência). — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 224-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual, autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a José Boiko, residente na Colônia Retiro, Município de Mandirituba.

Art. 2.º — Fica concedido, também uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a Anna Boiko, esposa de José Boiko, residente na Colônia Retiro, Município de Mandirituba.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1971.

(a) João Mansur

#### JUSTIFICATIVA:

José Boiko participou da Revolução de 1924 como integrante do 15.º Batalhão de Caçadores, aquartelados em Curitiba, à Praça da República, atualmente a Praça Rui Barbosa, então sob o comando do coronel Napoleão Poeta da Fontoura, defendendo, com risco de sua vida, os magnos princípios dos ideais democráticos, conforme documentos anexos.

José Boiko, nasceu a 27 de novembro de 1902, e sua mulher a 1.º de dezembro de 1910; conta atualmente 69 anos de idade e ela 61 anos. Agora, ambos anciãos, não dispõem de qualquer recurso para manutenção, alimentação ou vestuário. José Boiko, a cerca de um mês, no corrente ano, sofreu um enfarte, ficando com o lado esquerdo paralizado; justo se torna que o Estado os ampare, a fim de que os pobres velhinhos possam comprar man-



timentos e vestuário, pois os mesmos nunca pediram a quem quer que seja, qualquer ajuda. Sempre labutaram na lavoura, mas agora, com a idade avançada e doentes, não tem assistência de nenhum Instituto de Previdência Social, pois nunca contribuíram, e não percebem qualquer pensão. Confiando nos meus ilustres Pares, espero se dê o necessário acríamento ao presente Projeto de Lei.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N. 224-71**

AUTOR: Dep. João Mansur

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 a José Boiko e Anna Boiko, na forma e como específica.

**PARECER**

1) — O Projeto de Lei em evidência foi elaborado de acordo com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.  
2) — Trata-se de simples autorização legislativa e não fere, por outro lado, qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto a sua oportunidade, não merece reparos.

Todavia, da forma como foi redigido o referido Projeto, apresenta o mesmo distorção de ordem regimental, a qual procuramos corrigi-la com a apresentação do substitutivo geral anexo.

4) — Assim, pois, atendido aquele substitutivo, opinamos pela aprovação da medida proposta.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Gilberto Carvalho — Muggiati Filho — Arthur de Souza — Igo Lasso

**SUBSTITUTIVO GERAL**  
**AO PROJETO DE LEI N. 224-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a José Boiko e Anna Boiko, pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a cada um.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão a conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

(aa) Wilson Fortes — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Gilberto Carvalho — Muggiati Filho.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI N. 224-71**

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará a Pensão Mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros). Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

(aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio L. Júnior — Relator

João Fadel — Antônio Belinati — Odilon Reinhardt

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 292-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 49-71, encaminhando anteprojeto de lei que institui a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. (Em Regime de Urgência). — Em discussão.

Curitiba, 19 de maio de 1972

Of. n. 66-72

Senhor Presidente:

Através da Mensagem n. 49-71, de 22 de novembro de 1972, foram encaminhados a essa Augusta Assembléia Legislativa anteprojeto de lei objetivando instituir a Fundação Instituto de Terras e Cartografia, criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a cota de Ocupação de Terras Devolutas. Embora tais proposições tratem de matéria semelhante e tenham sido encaminhadas ao Poder Legislativo por uma só Mensagem, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que os referidos Planos de Lei sejam autuados em separado, a fim de que possam tramitar com maior brevidade e em consonância com a sistemática dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

Curitiba, 22 de novembro de 1971

MENSAGEM N. 49-71

**PROJETO DE LEI N. 292-71**

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, os inclusos anteprojeto de lei que objetivam instituir a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.; criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a Cota de Ocupação de Terras Devolutas.

Os planos de lei ora encaminhados a essa Augusta Assembléia Legislativa são altamente significativos e consultam plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, sem dúvida alguma, ensejarão condições de que a política de terras e cartografia no Estado do Paraná seja exercida por entidade devidamente enquadrada na moderna metodologia preconizada pela reforma administrativa que procura implantar-se no País.

A criação do Instituto de Terras e Cartografia, sob a forma de Fundação, paralelamente ao advento do Fundo de Desenvolvimento Rural, destinado a obtenção de recursos para o desenvolvimento das áreas rurais, e, ainda, à criação da cota de Ocupação de Terras Devolutas, como receita da Fundação, constituem-se em medidas legais que, em si mesmas, bem definem a acertiva dos estudos feitos e a certeza dos excelentes resultados que advirão de sua implantação.

Certo de que as medidas propostas merecerão dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres

Governador do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. —, com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na Capital do Estado, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, com patrimônio próprio e autonomia técnica, administrativa e financeira.

Parágrafo único — A Fundação é uma entidade autônoma que se regerá por estatuto aprovado em decreto do Poder Executivo.

Art. 2.º — A fundação terá por objetivo a colonização e o desenvolvimento rural no Estado do Paraná, o mapeamento sistemático do território paranaense e a elaboração do cadastro territorial do Estado e da sua estatística mobiliária.

Parágrafo único — A fundação não substituirá o Estado no exercício de suas atribuições próprias, mas agirá supletivamente.

Art. 3.º — O Patrimônio da Fundação será constituído de:

I — Todas as áreas de terras públicas e devolutas de propriedade do Estado do Paraná, que o Poder Executivo fica autorizado a doar à Fundação, excluídas as áreas legitimadas por terceiros;

II — Bens que lhe forem doados por qualquer pessoa de direito público ou privado;

III — Todos os bens móveis, imóveis, semoventes, instalações e equipamentos que na data da constituição da Fundação estejam destinados pelo Governo do Estado ao funcionamento dos órgãos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização;

a) — Imóvel sito à Rua Engenheiro Rebouças n. 1375, com 50.30m. de frente, por 22,60m. para a Rua Reinaldo Machado e 29,60m. para a Rua Francisco Nunes, local onde acha-se instalada a Seção de Almoarifado e Suprimento e Seção de Oficinas e Garagens DGTC;

b) — Lote n.º 14 da Quadra 90 da Cidade de Londrina, com a área de 180 m2, objeto de transcrição n.º 6 do livro 3, às fls. 24 do Registro de imóveis de Londrina Claudino F. dos Santos.

c) — Lote n.º 4 da Quadra 67 da Cidade de Paranavai com a área de 400,864 m2, onde atualmente acha-se instalada a Sub-Inspetoria de Paranavai do D.G.T.C.;

d) — Imóvel com edificação na Cidade de Pitanga onde acha-se instalada a 5.a Inspeção de Terras do G.G.T.C.;

e) — 3 (três) lotes com edificações, sitos à Avenida Manoel Ribas sob n.ºs 598, 612 e 638 na cidade de Pirai do Sul, onde acha-se instalada a 6.a Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

f) — Lotes 2 e 3 da Quadra n.º 144 da Cidade de Pato Branco, objeto das transcrições n.ºs 11.182 às fls. 281 e 11.183 às fls. 281 do Registro de Imóveis de Pato Branco, onde acha-se instalada a 7.a Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

g) — 2 (dois) lotes de terreno com edificação, sitos à rua Santa Catarina, esquina com a Rua Irmãos Pereira, medindo 40 m x 45 m na Cidade de Campo Mourão, onde acha-se instalada a 8.a Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

h) — Terreno medindo 45 m de frente para a Rua Barão de Antonina, sob n.º 325, por 20 m de fundo, na Cidade de Curitiba, onde acha-se instalado, provisoriamente, um setor do DETRAN;

i) — Lotes n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 16 da Quadra 9 da Cidade de Cascavel, onde acha-se instalada a 9.a Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

IV — Uma doação de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que lhe será feita pelo Poder Executivo.

Art. 4.º — Constituem receita da Fundação:

I — Rendas de seu patrimônio;

II — Dotações consignadas no orçamento do Estado;

III — 20% (vinte por cento) do produto de venda de terras devolutas do Estado;

IV — Produto de comercialização da produção agropecuária da Fundação;

V — Produto da arrecadação de Cota de Ocupação de Terras Devolutas a ser criada por lei;

VI — Produto da Taxa de Valorização Agrária de que trata a Lei n.º 947, de 11 de outubro de 1952 e de outras contribuições que lhe forem atribuídas;

VII — Remuneração por serviços prestados e administração de Fundos;

VIII — Doações, auxílios, contribuições e subvenções que lhe forem concedidos pela União, Estados, Municípios e entidades públicas ou particulares, nacionais ou não;

Recursos provenientes de acordos ou convênios celebrados com pessoas de direito Público ou privado;

P — Outras rendas de qualquer natureza.

§ 1.º — Ficam transferidas à Fundação as importâncias relativas à Taxa de Valorização Agrária arrecadada no presente exercício, devendo a entrega ser feita pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda que disso lavrará termo próprio.

§ 2.º — Ficam, igualmente, transferidas à Fundação as dotações consignadas no orçamento do Estado ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização, no exercício de 1971 pelo saldo que existir à época da constituição da Fundação.

Art. 5.º — A fundação, por ser uma entidade sem fins lucrativos, só poderá utilizar seus bens, direitos e rendas, na realização de suas finalidades.

Art. 6.º — Fica a Fundação investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras públicas dominicais e devolutas, podendo ainda, promover convênios e acordos com a União, Estados e Municípios.

Art. 7.º — A Fundação terá uma estrutura orgânica constituída de um Sistema Deliberativo e de um Sistema Executivo, compostos de órgãos com funções interdependentes e complementares.

Art. 8.º — O Sistema Deliberativo compreende:

I — Conselho de Curadores;

II — Conselho de Administração.

Art. 9.º — O Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro, patrimonial e contábil da Fundação, é composto de 5 (cinco) membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos de reconhecida experiência e conhecedores de assuntos relacionados com a colonização e o desenvolvimento rural, com mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser renovado.



§ 1.º — O Conselho de Curadores elegerá entre seus membros o seu Presidente.

§ 2.º — O Presidente da Fundação, como representante nato do Sistema Executivo, participa, sem direito a voto, das sessões do Conselho de Curadores.

Art. 10 — O Conselho de Administração, órgão de deliberação, é composto de 8 (oito membros):

- a) O Presidente;
- b) O Coordenador de Terras;
- c) O Coordenador de Cartografia;
- d) O Coordenador de Cadastro;
- e) O Diretor Técnico;
- f) O Diretor Administrativo;
- g) O Procurador Jurídico;
- h) O Inspetor de Finanças.

§ 1.º — O Presidente da Fundação é o Presidente nato do Conselho de Administração.

§ 2.º — A Competência do Conselho de Administração será fixada por estatuto aprovado por ato do Poder Executivo.

§ 3.º — As decisões do Conselho de Administração são sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do seu, o voto de desempate.

Art. 11 — O Sistema Executivo se compõe do Presidente da Fundação nomeado pelo Governador do Estado, com remuneração por ele fixada, coadjuvado por 3 (três) Coordenadores — Terras, Cartografia e Cadastro, 2 (dois) Diretores — Técnico e Administrativo, 1 (um) Procurador Jurídico e 1 (um) Inspetor de Finanças, cargos subalternos cujos titulares serão de livre escolha e de designação do Presidente da Fundação.

Art. 12 — O Presidente da Fundação representa-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Art. 13 — A estrutura administrativa da Fundação será fixada no estatuto a que se refere o parágrafo único do artigo 1.º desta lei.

Art. 14 — Fica revogada a Lei n.º 866, de 16 de julho de 1952, que criou o Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

§ 1.º — Com a extinção do órgão, os atuais servidores do Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, lotados no Departamento de Geografia, Terras e Colonização, passarão a ter lotação na Secretaria de Estado dos Negócios do Governo.

§ 2.º — A representação do órgão extinto, junto a todas as entidades colegiadas da administração estadual, centralizada ou descentralizada, passará a ser exercida por pessoa a ser indicada pelo Presidente da Fundação.

Art. 15 — Fica revogado o Art. 4.º da Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962 que criou o Conselho de Desapropriação e Colonização (C.D.C.) com atribuições de deliberar sobre os recursos do Fundo de Desapropriação e Colonização (F.D.C.).

§ 1.º — As atribuições de deliberação sobre os recursos do Fundo de Desapropriação e Colonização passam a ser exercidas pela Fundação.

§ 2.º — Os recursos do F.D.C. serão geridos pelo Presidente da Fundação e movimentados em conta especial no Banco do Estado do Paraná, ficando, em face das determinações deste parágrafo, revogado o Artigo 5.º da Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962.

§ 3.º — O inciso I do Artigo 2.º da Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I — Uma parcela da renda resultante da cobrança da Taxa de Valorização Agrária".

§ 4.º — O Poder Executivo, por decreto, baixará normas que regulamentem a Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962, em face das alterações introduzidas por esta lei.

Art. 16 — A Fundação prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por exercício encerrado, remetendo o balanço financeiro de suas atividades até o dia 31 de março do exercício seguinte.

Art. 17 — O exercício financeiro coincide com o ano civil.

Art. 18 — A Fundação encaminhará anualmente aos Poderes Executivos e Legislativo relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do balanço do respectivo exercício.

Art. 19 — A Fundação é imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual.

Art. 20 — São inerentes à Fundação, no que couber, os privilégios da Fazenda Pública Estadual.

Art. 21 — Serão considerados de alta relevância os serviços da Fundação para os efeitos de imunidade tributária.

Art. 22 — Para cobertura da dotação de que trata a alínea IV do Artigo 3.º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância da dotação da Administração Geral do Estado do Orçamento em vigor.

Art. 23 — O pessoal técnico e administrativo da Fundação será contratado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1.º — O Governador do Estado poderá por à disposição da Fundação servidor público estadual ou autárquico, com os vencimentos e vantagens do cargo.

§ 2.º — A aprovação do quadro e fixação de remuneração do pessoal técnico e administrativo da Fundação será de competência do Conselho de Curadores, por proposta do Presidente da Fundação.

Art. 24 — Após a publicação o decreto que aprovar o Estatuto da Fundação, deverá o Governador do Estado nomear os membros do Conselho de Curadores e o Presidente.

Art. 25 — Extinguindo-se a Fundação, seus bens reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 26 — O Estatuto da Fundação pode ser reformado por Decreto do Governo do Estado.

Art. 27 — As funções de membros do Conselho de Curadores não serão remuneradas, sendo consideradas, para todos os efeitos, relevante serviço público.

Art. 28 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado do Paraná

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O projeto é legal e constitucional. Voto pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.4.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Paulo Camargo

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

Cândido M. de Oliveira

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Of. n.º 5-72

Curitiba, 17 de maio de 1972.

Senhor Secretário:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o projeto de lei n.º 292-71, que deixou de ser apreciado por esta Comissão, tendo em vista, tratar-se de 3 projetos, dentro de uma única Mensagem Governamental.

Outrossim, pedimos seja ouvida novamente a Comissão de Constituição e Justiça e o desdobramento do mesmo.

Na oportunidade renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

a) Deputado Fuad Nacli — Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ivo Thomazoni

DD. Primeiro Secretário dêste Poder

Edifício

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

Adoto sem restrições as razões aduzidas pelo Sr. Deputado Emílio H. Carazzai, no parecer retro, quando da apreciação da matéria. Avooquei.

Sala das Comissões, em 24.5.1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente e Relator

Luiz R. Soares

Basilio Zanusso

Maurício Fruct

Erondy Silvério

Ovidio Franzoni

Cândido M. de Oliveira

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO de Lei n.º 292-71

Mensagem Governamental n.º 49-71

P A R E C E R

1.) A presente proposição é oriunda da Mensagem Governamental n.º 49-71, desmembrada através do Ofício do Senhor Governador do Estado, de n.º 66-72, e tem por objetivo instituir a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, como entidade autônoma.

2.) A dita Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à mesma.

3.) Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

João Fadel

Antônio Lopes Júnior — com restrição ao inciso IV do art. 3.º por que não consta dotação orçamentária.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para, em rápidas palavras, já que confesso não ter tido tempo para estudar convenientemente a matéria, oriunda de uma mensagem enviada pelo ex-governador Haroldo Leon Peres a esta Casa, e que ficou dormindo na gaveta das Comissões por longos e longos meses, e agora, inexplicavelmente, a Casa quer que se vote uma matéria de tanta importância para o Poder Legislativo, como explicarei mais adiante, em regime de urgência, não deixando nenhuma chance, a nenhum membro deste Poder para que requeira a volta desta matéria a uma Comissão, para ser convenientemente estudada, lamenta-se que esta Casa, espontaneamente venha abrindo mão de todas as suas prerrogativas constitucionais, em detrimento do Poder Legislativo. Da forma como está agindo esta Casa, muito em breve não vai ter mais nada que fazer aqui, o Deputado, a não ser votar, requerer votos de pesar, votos de louvor e outras coisas sem importância para o Poder Legislativo.

Agora, estamos criando uma Fundação onde anotei rapidamente alguns aspectos que deveriam ser melhor estudados por esta Casa. Por exemplo, o artigo 3.º no inciso 1.º diz que o patrimônio da Fundação será constituído por todas as áreas devolutas do Estado; os Srs. vejam a profundidade deste artigo, nós sabemos que existe uma série de pendências, de litígios judiciais com relação às terras devolutas do Estado, à Fundação esta Casa, num acodamento inexplicável, está doando todas as terras devolutas do Estado. Além dos imóveis constantes do patrimônio da Fundação, nós ainda vamos lá adiante encontrar o inciso 4.º, que constitui também patrimônio da Fundação, a doação de um milhão de cruzeiros que será feita pelo Poder Executivo, mas como? do bolso do Sr. Haroldo Leon Peres não pode ser; aqui não indica nem a fonte de recursos donde será doada, donde será feita esta doação e esta Casa vai doar, vai dar outra vez um cheque em branco ao Poder Executivo, despidendo-se de suas prerrogativas constitucionais. No artigo 4.º, inciso 3.º, diz que constitui receita da fundação, o produto de 20% da venda das terras devolutas do Estado e os outros 80% para onde vão? Não diz aonde vão, não especifica nada. Mais adiante diz, artigo 18: A Fundação encaminhará aos Poderes Executivo e Legislativo, relatório circunstanciado de suas atividades e acompanhado do balanço do exercício financeiro de suas atividades, acompanhado do balanço do exercício financeiro, como mera cortesia. Os Srs. vejam o que é a Fundação no Estado hoje, de Educação, é uma verdadeira ditadura no ensino do Paraná, sem dar a mínima satisfação aos Poderes Constituídos. Assim vai ser a Fundação de Terras e Colonização, vai mandar o seu balanço como mera cortesia, não que este balanço tenha que obrigatoriamente, por lei, que passar pelo crivo de uma comissão de Tomada de Contas, mas é dinheiro público e vai ser maruseado por uma Fundação sem nenhum controle e esta Casa, inexplicavelmente, também está votando esta matéria com este acodamento. Os estatutos serão aprovados por ato unilateral do Governador do Estado; por um Decreto, reforma-se o estatuto, aprova-se, reforma-se faz-se gato e sapato só com decreto. Os nomes que constituirão os dois membros do Conselho da Fundação serão de livre escolha do Governador, sem que esta Casa ao menos tome conhecimento da estrutura moral, da capacidade técnico-administrativa, técnico-financeira destes homens que vão constituir este Conselho, e como a matéria está em regime de urgência, não sou advogado, mas acho que no terreno da constitucionalidade e legalidade vou votar contra em primeira discussão, contra o Projeto e na sessão de amanhã reservo-me o direito de pelo menos emendar a referida Mensagem a fim de ressaltar os legítimos direitos constitucionais do Poder Legislativo.



O Sr. Lopes Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)  
Na oportunidade em que V. Exa. analise ainda que rapidamente esta Mensagem, queria dizer a V. Exa. e à Casa que, como membro da Comissão de Finanças, votei com ressalva esta doação de um milhão de cruzéis porque justamente não tinha, não constava a dotação orçamentária. E como técnico como contador que sou, não poderia de consciência, dar meu voto favorável aquilo que está tecnicamente errado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Aliás, peço desculpas a V. Exa. Realmente, li o voto em separado e o voto vencido de V. Exa. Mas eu perguntaria ao nobre Líder do Governo nesta Casa, se é desejo do honrado Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, que esta matéria seja votada com este acodamento, que ela não seja analisada pormenorizadamente por esta Casa. Porque é uma Mensagem do Governo anterior, um Governo que nós sabemos de que forma foi substituído no Paraná. Eu não quero dizer que a Mensagem contenha algo de imoral, que contenha algo de menos honesto. Mas que esta Casa está abrindo mãos espontaneamente das suas legítimas prerrogativas, está. A cada fundação que se cria, é do Poder Legislativo que foge uma parcela das mãos. E por culpa nossa, que não estamos sabendo honrar a confiança que nos foi depositada pelo povo do Paraná.

Este negócio e fundação já era. O dinheiro público tem que ser controlado pelo Poder Executivo, fiscalizado pelo Tribunal de Contas e por esta Casa. As fundações escapam ao nosso controle, e não devemos aqui contribuir para a criação destas fundações a não ser que o objetivo seja nobre e que suas finalidades sejam elevadas. Mas num problema de terras não existe esta necessidade de se criar fundações, de se doar de mãos beijadas a esta fundação, todas as terras devolutas do Estado.

Então isto é um assunto que carece de meditação, por isso, eu perguntaria ao nobre Líder do Governo, se é de interesse honrado do Professor Parigot de Souza, que esta matéria seja votada desta forma, com este acodamento. Acho que não. Acho que esta Casa deve analisar a matéria com mais vagar, corrigir as imperfeições contidas na Mensagem do sr. Haroldo Leon Peres a fim de que se forneça ao Governo do Estado, um instrumento hábil.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).  
Apenas para lhe informar, a matéria está aqui na Casa há um ano.  
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não querendo interromper V. Exa., eu fiz esta ressalva, a culpa é minha de não ter lido antes.

O Sr. Ivo Tomazoni — Queria também informar a V. Exa. que o atual Governo do Estado avocou a Mensagem de volta ao Poder Executivo e a reformulou. Corrigiu algumas incorreções que entendia não bem postas, e voltou a enviar à Casa. E a demora na tramitação Sr. Deputado, deve-se talvez a um erro da Assessoria Parlamentar do Palácio, que incluiu esta Mensagem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exato. Foi por isso, que o Governo do Estado pediu não para reformular a matéria, que é "ipsis literis" a anterior. Apenas desmembrou em três Mensagens diferentes a que tinha vindo numa só.

O Sr. Ivo Tomazoni — Posso verificar no protocolo Sr. Deputado, todos os expedientes que devolveram a matéria, e quando voltaram. Apenas quando voltou estavam incluídas no mesmo expediente, três matérias diferentes. Do Instituto Biológico, esta que transforma em Instituto de Terras do DGTG e mais uma outra matéria.

Nobre Deputado Erondy Silvério, não é hora agora para discutirmos a constitucionalidade ou não da matéria, isto pode ser feito em segunda discussão. Mas apenas para informar que o oeste e o sudoeste do Paraná, estão de há muito, aguardando uma reformulação do convênio pela famosa COFIPAR, encarregada da titulação das terras ocupadas mansa e pacificamente pelos colonos.

E diz o Governo do Estado que o INCRA e o Ministério da Agricultura, exigem um órgão mais maleável para manter estes convênios. Não pode ficar o INCRA, que é um Instituto Nacional de Reforma Agrária sujeito às imposições constitucionais, e que está sujeito a um órgão vinculado à administração direta do Estado, não pode por si, assinar os convênios necessários. Tanto é que existe a COFIPAR, que não funciona, não tem autoridade. Dois terços (2/3) da população agrícola do sudoeste do Paraná, não tem o título de domínio pleno em mãos, das suas terras, porque não se estava encontrando uma solução para o problema. Diz o Governo do Estado que está e a solução; se esta for a solução, a obrigação dos representantes do sudoeste do Paraná é dar apoio à matéria. Desculpe-me V. Exa. se venho com esta informação nesta hora.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, eu agradeço o aparte de V. Exa. e acho até muito válido. Apenas V. Exa., se consultasse as notas taquigráficas, chegou um pouquinho atrasado e não ouviu as minhas primeiras palavras.

O Sr. Ivo Tomazoni — Eu o estava ouvindo pelo alto-falante.  
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço mais uma vez, desculpas a V. Exa. Acontece que V. Exa. está se adiantando ao debate da segunda discussão; eu estou na primeira discussão, que é quanto ao aspecto constitucional. Não me estou atendo ao mérito da matéria. Acho até que pode ser necessária a fundação, em vista das informações que V. Exa. tem trazido à Casa. Pode ser até necessária a criação desta fundação.

Estou apenas me atendo ao aspecto constitucional; nas prerrogativas que espontaneamente esta Casa vem abrindo mão, sucessivamente, ao criar estas fundações. Estão fugindo ao controle da Assembléia Legislativa, uma boa parte do controle dos dinheiros públicos. Veja V. Exa. eu me reorientei ao aspecto que a meu ver é inconstitucional, a meu ver; não afirmei, porque não tenho condições de afirmar isto aqui, assim de pronto. Na sessão de amanhã eu trarei estudos sobre a matéria. Então estarei em condições de debater. Sr. Presidente, o meu voto será contrário, devido a este aspecto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continue em discussão o Projeto de Lei nº 292-62.  
Encerrada a discussão. Em votação. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que faça consignar nos Anais, o meu voto contrário.  
O SR. PRESIDENTE — A Mesa determina seja consignado o voto contrário do Sr. Deputado Erondy Silvério.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 6-72, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. (EM REGIME DE URGÊNCIA). — Aprovado.

# PROJETO DE LEI N. 6-72 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná com sede e foro nesta Capital.  
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 4 de abril de 1972.  
a) Dep. Lázaro Dumont.

## JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de Lei pretendemos declarar de Utilidade Pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná, com sede nesta Capital a rua Brigadeiro Franco n. 3531.

Essa entidade tem por finalidade promover a obtenção de recursos necessários a edificação e manutenção dos estabelecimentos de ensino de nível superior sob a inspiração de uma filosofia espírita para, mediante pagamento, na forma da Lei, constituir a Universidade Regional Espírita "Paraná — Santa Catarina".

Os requisitos exigidos pela lei para a aprovação deste Projeto estão plenamente cumpridos, conforme se constata pela documentação inclusa.

Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE LEI N. 6-72

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná, com sede em Curitiba.

## PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, que pretende declarar de utilidade pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná, reveste-se das formalidades essenciais exigidas pela Lei.

Opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Santos Lima — Relator  
Ovidio Franzoni  
Luiz Roberto Soares  
Paulo Camargo  
Cândido Martins de Oliveira  
Emilio Carazzai  
Maurício Fruet

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 42-72 de autoria do Dep. Antonio Franco Ferreira da Costa, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora de Anunciação, da cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J. (EM REGIME DE URGÊNCIA). — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N. 42-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública Estadual e Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora de Anunciação, de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

a) — Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

## JUSTIFICATIVA:

A Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação é uma sociedade civil e religiosa, essencialmente assistencial, benéfica, educativa e cultural. Visa a formação intelectual, espiritual e moral de milhares de crianças e adultos. Cuida de hospitais e ambulatórios, de orfãos e da juventude e à infância, em muitos Municípios e obras mantidos por suas sócias.

Assim, nada mais justo que considerá-la de Utilidade Pública Estadual, o que no momento submeto à apreciação dos distintos pares desta Casa.

Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE LEI N. 42-72

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação da cidade de Ponta Grossa.

## PARECER

Embora não se questione da conveniência ou da justiça do presente projeto de lei, resta evidente que o mesmo não se faz acompanhar de documentação instrutiva, necessária para se julgar de sua adequação legal.

Isto posto, solicito seja convertido em diligência para os devidos fins.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Luiz Roberto Soares — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE LEI N. 42-72

AUTOR: Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, da cidade de Ponta Grossa.

## PARECER

Cumprida que foi a diligência requerida, podemos verificar que o Projeto de Lei se encontra em condições de receber parecer favorável, pois não fere dispositivo legal ou constitucional.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente  
Luiz R. Soares — Relator  
Paulo Camargo  
Emilio Carazzai  
Cândido M. de Oliveira  
Santos Lima  
Ovidio Franzoni

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 59-72, de autoria do Poder Executivo, Ofício n. 66-72 referente a Mensagem n. 49-71 cria o fundo de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. (EM REGIME DE URGÊNCIA). — Aprovado.



## PROJETO DE LEI N. 59-72

Curitiba, 19 de maio de 1972.

Senhor Presidente:

Através da Mensagem n. 49-71, de 22 de novembro de 1971, foram encaminhados a essa Augusta Assembléia Legislativa anteprojetos de lei objetivando instituir a Fundação Instituto de Terras e Cartografia, criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a Cota de Ocupação de Terras Devolutas. Embora tais proposições tratem de matéria semelhante e tenham sido encaminhados ao Poder Legislativo por uma só Mensagem, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que os referidos Planos de Lei sejam autuados em separado, a fim que possam tramitar com maior brevidade e em consonância com a sistemática dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

## a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado  
Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Wilson Figueiredo Fortes  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL.

MENSAGEM N. 49-71

## PROJETO DE LEI N. 59-72

Curitiba, 22 de novembro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, os inclusos anteprojetos de lei que objetivam instituir a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a Cota de Ocupação de Terras Devolutas.

Os planos de lei ora encaminhados a essa Augusta Assembléia Legislativa são altamente significativos e consultam plenamente aos superiores interesses da Administração eis que, sem dúvida alguma, ensejarão condições a fim de que a política de terras e cartografia no Estado do Paraná seja exercida por entidade devidamente enquadrada na moderna metodologia preconizada pela reforma administrativa que procura implantar-se no País.

A criação do Instituto de Terras e Cartografia, sob a forma de Fundação, paralelamente ao advento do Fundo de Desenvolvimento Rural, destinado a obtenção de recursos para o desenvolvimento das áreas rurais, e ainda, à criação da cota de ocupação de Terras Devolutas, como receita da Fundação, constituem-se em medidas legais que, em si mesmas, bem definem a acertiva dos estudos feitos e a certeza dos excelentes resultados que advirão de sua implantação.

Certo de que as medidas propostas merecerão dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

## a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

## PROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Governo do Estado, dada a sua função Social e precípua de promover o desenvolvimento de áreas rurais, estagnárias em exploração racional, adotará a implantação e reformulação de núcleos produtores que atuarão como polos de influência técnica na exploração agropecuária.

Parágrafo único — A implantação e reformulação de que trata este artigo, deverão integrar, por programas, os diversos projetos agropecuários, aos de implantação de infra estrutura econômica e sociais dentro da mais completa harmonia.

Art. 2.º — Para dotar o Estado do Paraná de recursos necessários à implantação de Programas e Projetos integrados, fica criado o Fundo de Desenvolvimento Rural.

Art. 3.º — A receita do Fundo de Desenvolvimento Rural é constituída de:

I — 80 por cento do produto da venda de terras devolutas do Estado do Paraná;

II — Verbas que vierem a ser consignadas no orçamento estadual ao Fundo;

III — Verbas que vierem a ser consignadas em orçamentos Federal e Municipal ao Fundo.

Art. 4.º — O Fundo será administrado pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, nos termos e condições que forem fixados em decreto do Poder Executivo.

Art. 5.º — Os recursos do Fundo, observados os critérios estabelecidos no Artigo 1.º desta Lei, serão destinados a atender aos projetos específicos, previamente aprovados, incumbindo o controle de sua execução à administração do Fundo.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

## Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 59-72 — oriundo de Mensagem Governamental n. 49-71.

SUMULA: Cria o Fundo de Desenvolvimento Rural e dá outras providências.

## PARECER

A matéria implica em criar o “fundo de desenvolvimento rural” que se destina a dotar o Estado do Paraná de meios financeiros para se implantar de Programas e Projetos integrados.

Não há impeditivos de ordem constitucional e legal.

Parecer favorável.

Avoquei, face à permissão regimental.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

## aa) Armando Queiroz — Presidente e Relator

Ovídio Franzoni  
Erondy Silvério  
Luiz Roberto Soares  
Cândido M. de Oliveira  
Maurício Fruet  
Basilio Zanusso

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 59-72

1) — A presente proposição é oriunda da Mensagem Governamental n. 49-71, desmembrada através do Ofício do Senhor Governador do Estado, de n. 66-72, e tem por objetivo criar o Fundo de Desenvolvimento Rural, a fim de dotar o Estado de recursos necessários à implantação de Programas e Projetos integrados.

2) — A douda Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao projeto.

3) — Sob o aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente  
Odilon Reinhardt — Relator  
João Façel  
Antonio L. Júnior.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 60-72, de autoria do Poder Executivo, ofício n. 66-72 referente a Mensagem n. 49-71, estabelece a Cota de Ocupação de Terras Devolutas e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. (EM REGIME DE URGÊNCIA). — **Aprovado**

## PROJETO DE LEI N. 60-72

Curitiba, 19 de maio de 1972.

Senhor Presidente:

Através da Mensagem n. 49-71, de 22 de novembro de 1971, foram encaminhados a essa Augusta Assembléia Legislativa anteprojetos de lei objetivando instituir a Fundação Instituto de Terras e Cartografia, criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a Cota de Ocupação de Terras Devolutas. Embora tais proposições tratem de matéria semelhante e tenham sido encaminhados ao Poder Legislativo por uma só Mensagem, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que os referidos Planos de Lei sejam autuados em separado, a fim que possam tramitar com maior brevidade e em consonância com a sistemática dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

## a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado  
Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Wilson Figueiredo Fortes  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL.

MENSAGEM N. 49-71

Curitiba, 22 de novembro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, os inclusos anteprojetos de lei que objetivam instituir a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a Cota de Ocupação de Terras Devolutas.

Os planos de lei ora encaminhados a essa Augusta Assembléia Legislativa são altamente significativos e consultam plenamente aos superiores interesses da Administração eis que, sem dúvida alguma, ensejarão condições a fim de que a política de terras e cartografia no Estado do Paraná seja exercida por entidade devidamente enquadrada na moderna metodologia preconizada pela reforma administrativa que procura implantar-se no País.

A criação do Instituto de Terras e Cartografia, sob a forma de Fundação, paralelamente ao advento do Fundo de Desenvolvimento Rural, destinado a obtenção de recursos para o desenvolvimento das áreas rurais, e ainda, à criação da cota de ocupação de Terras Devolutas, como receita da Fundação, constituem-se em medidas legais, que em si mesmas, bem definem a acertiva dos estudos feitos e a certeza dos excelentes resultados que advirão de sua implantação.

Certo de que as medidas propostas merecerão dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

## a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado  
Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Wilson Figueiredo Fortes  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A Cota de Ocupação de Terras Devolutas, a ser cobrada em cada exercício financeiro, tem como fato gerador e utilização de Terras públicas, por ocupantes de terras devolutas do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A Cota de Ocupação de Terras Devolutas será exigida sobre o valor real do imóvel utilizado, a base de 4% (quatro por cento).

Parágrafo único — Fica o Poder Executivo autorizado a fixar, anualmente, o valor de incidência da cota de que trata este artigo.

Art. 3.º — A cobrança da Cota de Ocupação de Terras Devolutas será efetuada pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, constituindo-se, a arrecadação, em receita própria daquela Fundação de Direito Público.

Parágrafo único — Poderá a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná acertar com os ocupantes de terras devolutas a celebração de contratos particulares para pagamento da renda da ocupação, constituindo-se a arrecadação em receita daquela Fundação, tendo como base mínima da convenção a alíquota fixada no artigo 2.º desta Lei ou a alíquota que for fixada em Ato do Poder Executivo.

Art. 4.º — As normas para fixação do valor real do imóvel utilizado, o lançamento da cota e os prazos de recolhimento se regerão por atos regulamentadores a serem baixados pelo Poder Executivo.

Art. 5.º — Ocorrendo atraso no pagamento da cota, será esta acrescida da multa de 20% (vinte por cento).

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado.



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## P A R E C E R

Projeto de Lei n.º 60/72, oriundo de Mensagem Governamental n.º 18/72. Súmula: "Estabelece a quota de ocupação de terras devolutas e dá outras providências".

Trata-se a matéria de se fixar valor às terras devolutas ocupadas.

E trata ainda de se deferir à Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná".

Ao que me parece, não há óbices de ordem legal e constitucional, que possam macular o Projeto, daí porque, dar o meu parecer favorável. A voquei, face à dispositivo regimental.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1972.

aa) **Armando Queiroz** — Presidente e Relator

**Erondy Silvério**

**Luiz Roberto Soares**

**Maurício Fruet**

**Cândido M. de Oliveira**

**Ovidio Frauzoni e Basílio Zanusso**

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 60/72.

1) — A presente proposição é oriunda da Mensagem Governamental n.º 49/71, desmembrada em três projetos através do Ofício n.º 66/72, do Senhor Governador do Estado, e tem por objetivo estabelecer a Cota de Ocupação de Terras Devolutas.

2) — Adota Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente ao projeto em exame.

3) — No que se refere ao aspecto financeiro nada temos a opôr, pelo que opinamos pela sua aprovação

É o parecer, s. m. j.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) **Fuad Nacli** — Presidente

**Odilon Reinhardt** — Relator

**Antonio L. Júnior**

**João Fadel.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Ministro da Justiça e Presidente Nacional da ARENA, no sentido de que contenha a manifestação contrária a adoção do voto distrital na organização eleitoral vigente. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo e aplauso pela instalação na cidade de Cascavel, de sucursal do jornal paranaense "Diário do Paraná" — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ali Charif Amud. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja endereçado ao Sr. Deputado Federal Clovis Stenzel, expediente transmitindo o integral apoio desta Casa ao seu oportuno pronunciamento de 9 de junho passado, com sua discussão adiada. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos aos Srs. Jornalistas Divonei Machado de Campos, do "Diário do Paraná" e Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner, por terem sido agraciados com a "Medalha Mérito Tamandaré". Solicita, outrossim, se transcreva nos Anais, notícia publicada no jornal "Diário

do Paraná", em edição de 13 do corrente mês. — **Aprovado**. (A notícia a ser transcrita acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja formada uma Comissão Especial, composta de três Srs. Deputados, com o objetivo de verificar no interior do Estado, a real situação do funcionalismo público estadual. — **Em discussão**.

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 219-70, 240-70, 69-71, 122-71, 123-71, 145-71 e 220-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 291-70; 224-71; 292-71; 6-71; 42-72, 59-72 e 60-72;

1.a DISCUSSÃO — Nrs. 244-70, 10-72 e 11-72.

A Presidência anuncia ainda a ORDEM DO DIA, para a sessão de sexta-feira, dia 16, às 10,00 horas, constante da seguinte matéria: Redação Final dos Projetos: de Resolução nrs. 6, 7, 8/72 e de Lei nrs. 202-70, 152-70; 197-71; 284-71, 285-71.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PAULO POLI, NA SESSÃO DE 14 DE JUNHO DE 1.972

## PREFEITO RECEBE COMENDA

Sob os acordes da canção "Cisne Branco", executada pela Banda dos Fuzileiros Navais da Marinha de Guerra do Brasil, várias pessoas foram agraciadas com a "Medalha Mérito Tamandaré", em cerimônia solene realizada no Quartel de Marinheiros, às 10 horas da manhã de domingo último, na Guanabara. Entre as personalidades homenageadas, figurando na primeira fila, o prefeito Jaime Lerner, de Curitiba, a mais alta autoridade paranaense a receber a referida comenda, durante as comemorações alusivas ao 107.º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

A solenidade foi presidida pelo Comandante de Operações Navais, almirante-de-esquadra Francisco Augusto Simas de Alcântara o qual indicou os contra-almirantes da Marinha de Guerra do Brasil para colocarem as respectivas medalhas no peito dos homenageados. Presentes à cerimônia as mais altas autoridades da Guanabara, civis e militares, representantes das três Armas. Também foi agraciado com a comenda o jornalista do DIÁRIO DO PARANÁ, Divonei Machado de Campos.

## A SOLENIDADE

A cerimônia teve início às 10 horas, com a leitura do boletim da Ordem do Dia, alusivo às comemorações do 107.º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, no qual o ministro Adalberto Nunes, da Marinha, exalta os sacrifícios dos heróis de Riachuelo e "a extraordinária significação desta data impõe-nos à reverência e à gratidão. Porque em seu âmago vivem aqueles que lutaram e tombaram em defesa da honra e da justiça, traçando rumos mais altos à soberania e à liberdade".

Em seguida, sob toque de clarim, é deslocada a Bandeira Nacional para a frente do palanque armado, onde se encontram as autoridades. Em "passo de ganso", os marinheiros se deslocam com as respectivas medalhas para que sejam entregues aos agraciados. Encerrado este ato, todos os presentes são convidados para um coquetel nas dependências do Comando do Quartel de Marinheiros, onde também os agraciados com a comenda receberam diplomas referentes à Medalha Mérito Tamandaré, expedidos pela Secretaria do Conselho da Ordem do Mérito Naval.